



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A INSUFICIÊNCIA DA CRÍTICA DA RELIGIÃO EM LUDWIG FEUERBACH**

Aron Ávila Arantes

**Mariana, MG**

**2018**

Aron Ávila Arantes

## **A INSUFICIÊNCIA DA CRÍTICA DA RELIGIÃO EM LUDWIG FEUERBACH**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito de avaliação da disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II do 7º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Profº Marlon Garcia da Silva

**Mariana, MG**

**2018**

A662i

Arantes, Aron Ávila.

A insuficiência da crítica da religião em LUDWIG FEUERBACH  
[manuscrito] / Aron Ávila Arantes. - 2018.

62f.:

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia Silva.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Filosofia clássica - Alemanha - Teses. 2. Feuerbach, Ludwig, 1804-1872 - Teses. 3. Religião - Crítica e interpretação - Teses. 4. Socialismo - Teses. I. Silva, Marlon Garcia . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 141.82

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

“A INSUFICIÊNCIA DA CRÍTICA DA RELIGIÃO EM LUDWIG FEUERBACH”

ARON ÁVILA ARANTES

ORIENTADOR (A): MARLON GARCIA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

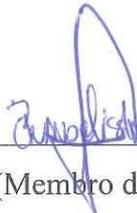
Aprovado em: 29 / 11 / 2018



---

(Membro da banca)

Dr. Alexandre Aranha Arbia



---

(Membro da banca)

Ms. Diogo Prado Evangelista



---

(Professor orientador)

Dr. Marlon Garcia da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os sujeitos que lutaram e lutam pela educação pública e de qualidade.

A todos os sujeitos que direta ou indiretamente possibilitaram que a discussão nesse trabalho pudesse existir.

## **RESUMO**

O presente estudo possui como objetivo a discussão acerca da insuficiência da análise de pensamento do filósofo antropológico Ludwig Feuerbach no que diz respeito à crítica da religião. Para viabilizar essa discussão foram chamados os estudiosos clássicos Karl Marx e Friedrich Engels, que através de suas obras fizeram-se presentes nesse estudo. A comparação do pensamento de Marx com Ludwig Feuerbach através de suas obras originais possibilitou o entendimento de que existe de fato uma insuficiência da crítica da religião no filósofo antropológico em questão, principalmente em relação aos limites de um materialismo naturalista-sensualista, incapaz de compreender a objetividade do mundo social como atividade objetiva, sensível, histórica e social, limites que não permitem ao filósofo compreender as raízes da subjetividade e das práticas religiosas. Além disso, o entendimento da existência dessa insuficiência da crítica da religião viabiliza reflexões ainda para questões contemporâneas sobre o papel da mesma na sociedade moderna. Outro elemento conclusivo desse estudo foi o de que Ludwig Feuerbach, não obstante seus limites, possui sua credibilidade e importância para inflexões filosóficas decisivas na história do pensamento moderno. Sendo que Feuerbach representa um grande protagonista na abertura de caminhos para as análises materialistas da realidade, bem como para a ruptura com o idealismo da antiga filosofia, muito embora o próprio filósofo antropológico alemão não tenha conseguido percorrer itinerários fecundos na decifração da materialidade social.

**Palavras chaves:** Filosofia clássica alemã, Ludwig Feuerbach, Crítica da Religião, Marxismo.

## **ABSTRACT**

The present study has an analysis on the subject of the analysis of anthropological thinking in Ludwig Feuerbach. The feasibility of the study was determined by the methods studied Karl Marx and Friedrich Engels, who used their didactic works in this study. The comparison of Marx's thinking with Ludwig Feuerbach through a class of anthropological skills in relation to the understanding that there is a problem of the critique of nature in an anthropological context in question, especially in relation to the limits of a naturalistic-sensualist materialism, incapable of understand the objectivity of the social world as the objective, sensitive, social and social activity of religious practices. In addition, the book of Inforiation is a book of the critique of religion for the reflection on the contemporary issues on the role of the same in modern society. Another conclusive element of the study was that of Ludwig Feuerbach, not included in its limits, has its credibility and relevance to the decisive philosophical inflections in the history of modern thought. Since Feuerbach represents a great protagonist in opening the way for the materialistic analyzes of reality, as well as for a break with the idealism of the old philosophy, even though the German anthropological philosopher himself has not been able to traverse the public paths in deciphering social materiality.

**Key words:** Classical German Philosophy, Ludwig Feuerbach, Critique of Religion, Marxism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I – O CARÁTER E A IMPORTÂNCIA DAS ELABORAÇÕES FILOSÓFICAS DE LUDWIG FEUERBACH</b> .....	<b>9</b>
<b>1.1</b> O materialismo em Feuerbach e a essência do humano .....	<b>16</b>
<b>1.2</b> A essência do divino e a relação homem e religião .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO II - AS RAÍZES SÓCIO-MATERIAIS E HISTÓRICAS DAS REPRESENTAÇÕES HUMANAS</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1</b> Estado e religião.....	<b>35</b>
<b>2.2</b> A insuficiência de Feuerbach à luz das críticas de Engels.....	<b>42</b>
<b>2.3</b> A realidade que engendra as presentes relações religiosas .....	<b>45</b>
<b>2.4</b> A materialidade da sociabilidade humana e a necessidade da religião .....	<b>48</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Estudar os clássicos da filosofia e do materialismo histórico representa uma tarefa de suma importância, pois nos proporciona uma fecunda reflexão do mundo que nos cerca. Foi exatamente isso que esse estudo buscou ao apresentar os debates teóricos de estudiosos clássicos como Feuerbach e Marx.

A vontade de produzir um estudo como o que o leitor se depara no momento surgiu dentre um longo histórico de experiências vividas na graduação de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Experiências essas que dizem respeito a aulas expositivas, projetos de pesquisa, diálogos com professores e colegas, leituras bibliográficas, monitorias e projetos de extensão que fizeram o graduando em questão se aproximar e familiarizar com a temática desse estudo.

Viver uma vida em que você se percebe estranho e alienado de tudo e de todos sem saber de onde vem esse estranhamento é viver um incômodo eterno. Porém cair de paraquedas em uma graduação que proporciona ao autor desse trabalho de conclusão de curso (TCC) uma bibliografia que dá conta de explicar de onde vem esse estranhamento da vida, representa um ganho não só para a questão de formação profissional, mas também para a forma como enxergamos o mundo que existe ao nosso redor.

Ver o mundo de uma forma nunca antes vista, e perceber que o que você sabia antes não representa a realidade dos fatos diz respeito a uma experiência épica. Os estudiosos trabalhados nesse estudo são também autores ministrados na graduação de serviço social da UFOP. Que assim que o autor desse TCC começou a se aproximar dessa temática, começou assim a entender o porquê do incômodo e da pressão que sempre sentiu ao viver nessas relações sociais. Nesse sentido veio a necessidade de compartilhar com os interessados na temática os elementos de tensão das relações sociais vigentes, com o lócus de estudo mais especificamente centrado na religião.

O objetivo do estudo em questão se expressa na ideia de mostrar a insuficiência de Feuerbach em criticar a religião, uma forma específica e atual de expressão da alienação e do estranhamento humano. Apresentando assim os pensamentos de Marx e Engels no que diz respeito ao materialismo histórico com a ideia de fundamentar esse objetivo. Reproduzindo nessa medida um diálogo entre as posições filosóficas estabelecidas por Feuerbach e aquelas afirmadas por Marx em relação às relações sociais historicamente criadas, que por sua vez, segundo este autor, engendram as representações, as relações e as práticas religiosas. O conteúdo está organizado em dois capítulos, seguidos da conclusão do trabalho.

## **CAPÍTULO I - O CARÁTER E A IMPORTÂNCIA DAS ELABORAÇÕES FILOSÓFICAS DE LUDWIG FEUERBACH**

Na história da humanidade, os homens não apenas produzem um mundo próprio confirmando na prática sua capacidade de pensar, mas também em níveis cada vez mais elaborados os homens produzem também teoria. Temos, portanto, na história da humanidade sujeitos que pensam o mundo que os cerca. O homem assim que percebe que sabe que sabe, desenvolve a sua capacidade de pensar e refletir. Nesse sentido temos os que se dedicam a analisar os animais e seus comportamentos, outros vão para o campo do universo, alguns chegam a refletir a sociedade e por outro lado temos os que pensam o próprio homem, o lugar do homem no mundo, seu “de onde para onde”. Nesse caso abordaremos aqui os pensadores que refletem o homem e suas relações, pensadores como Hegel, Marx e Feuerbach são exemplos notáveis.

Antes de adentrarmos nos pensadores e em suas análises de pensamento, é importante ressaltar aqui o momento histórico do desenvolvimento dessas análises de pensamento. É importante ressaltar também como o desenvolvimento histórico da sociedade influencia tais pensadores e suas obras, uma vez que esses estudiosos não correspondem a sujeitos fora das relações sociais. Nesse caso temos que a forma como se conformam as descobertas científicas, ou de conhecimento em uma sociedade, influencia a forma de como os sujeitos enxergam o mundo. E esse fato não exclui os pensadores que serão abordados nesse estudo, pois os mesmos compõem também a sociedade que os cerca. (ENGELS, 2018, p. 1).

O momento histórico a ser abordado no capítulo que se segue compreende as décadas de 1830 e 1840 na Alemanha e Europa, período de grandes transformações econômicas, com o avanço das formas e estruturas da sociedade burguesa, inclusive sendo tempos de revolução política e filosófica no solo alemão. Onde a religião e o Estado estavam sendo refletidos por grandes pensadores da época, tais como Hegel e Feuerbach. Será nesse período que Feuerbach inclusive desenvolve fortemente sua crítica à religião. Sua forma de pensamento compreende a uma abordagem revolucionária para a filosofia na época. (ENGELS, 2018, p. 1).

No sentido de destacar como a sociedade influencia os pensadores, temos que também o próprio objeto de crítica desses estudiosos é elemento de influência. Estamos falando aqui da religião, já que a religião é de fato uma forma ideológica que compreende um conjunto de ideias, valores e uma institucionalidade que ajuda a compor e reproduzir uma sociedade que a requisita. Logo, a religião faz parte da sociedade, e irá influenciar os sujeitos que fazem parte desse meio social. Nesse sentido, temos então que a análise da ideia da religião nas relações

humanas nos dá uma referência para compreender os filósofos ou a própria filosofia, até porque a religião vem antes da filosofia propriamente dita. Obviamente que essa referência não é suficiente para se compreender um campo da atividade humana tão complexo como a filosofia, porém a religião fornece importantes elementos. Isso porque a religião desde os tempos remotos do homem se volta a questões fundamentais acerca da gênese e do para onde da natureza e do próprio homem. A própria concepção do criacionismo nos remete a isso, a apropriação dos elementos da natureza para explicações do desconhecido. Esse fato faz com que a filosofia, assim como a religião, se constituam como ramificações secundárias, cujos conteúdos são influenciados pelo desenvolvimento de forças produtivas, pelo desenvolvimento do trabalho e da ciência de um determinado período. A religião e a filosofia, portanto, são influenciadas e influentes sobre tais processos de base. (ENGELS, 2018, p. 7).

Visto isso, um fator interessante a ser ressaltado na história da filosofia é que a mesma não está descolada da realidade concreta, ou das relações humanas. A própria ideia de que a religião influenciou os pensadores é um fator a ser analisado nessa linha de raciocínio. Outra questão interessante diz respeito ao fato de que o progresso da ciência e da indústria na história da humanidade também corresponde a outro elemento de grande influência na filosofia. Isso porque agora o homem conhece mais as composições das coisas que o cercam no mundo, ou seja, o homem começa a perceber que o conhecimento advém do “mundo para o homem”, da realidade para a cabeça, e não “do homem para o mundo”. Começa-se assim a perceber a materialidade das coisas, entender que elas existem independentemente da existência do próprio homem, existem com suas composições e determinações próprias. Assim, gradativamente, com o aprimoramento de aparatos instrumentais capazes de ampliar o acesso aos objetos e processos da realidade, o homem pode avançar, por exemplo, no entendimento da relação dos planetas com o sistema solar compreendendo a realidade própria desses objetos e relações em sua materialidade, pois são eventos fora das ideias que para serem compreendidos precisou-se entender que existem independentemente do pensamento. (ENGELS, 2018, p. 8).

A materialidade do conhecimento foi sendo apropriada pelo homem ao passar dos anos à medida que o mesmo se relaciona com o mundo. No entanto esse conhecimento teve mudanças ao longo da história. O conhecimento materialista do século XVIII (mais especificamente na França) permaneceu sob grande influência mecanicista. Isso porque eram sabidos na época os conceitos da química e física, porém a biologia e geografia, por exemplo, permaneciam ainda sem muita elaboração. Esse conhecimento predominante desencadeava o

entendimento do homem como uma mera máquina de reações químicas e ações físicas, além disso, a ideia de historicidade dos fatos naturais e dos fatos mundanos era algo distante. A ideia de historicidade se amadurece a partir da compreensão de que os seres vivos são frutos de uma persistente mudança ao longo de sua história. A própria geografia passa a entender a terra como um corpo de historicidade ao analisar os períodos e eras do planeta (ENGELS, 2018, p. 9).

Entender que o materialismo é um produto ideológico que se expressa de forma diferente ao longo da história é crucial para o entendimento de que não se deve confundir o materialismo de um século determinado com o materialismo em geral. Essa abordagem enfatiza que também o materialismo se constitui de historicidade (ENGELS, 2018, p. 10).

Visto isso, o objetivo principal desse capítulo é apresentar as ideias de Ludwig Feuerbach. Porém para entendermos Feuerbach é importante mencionar de passagem pensadores marcantes para a história da filosofia. Temos como pensador interessante e interessado num amplo conjunto de temas, tais como a política, o Estado, a religião, o filósofo idealista alemão G. W. Hegel. Segundo Hegel “Tudo o que é real é racional; e tudo o que é racional é real”. Isso implica dizer que tudo que é pensado é passivo de existir como real, e tudo que existe é fruto do pensar e pode ser pensado. Nesse sentido temos que todas as instituições burguesas (religião, Estado, etc.) são processos advindos do pensar, de lá saíram e lá estão, como emanções da Razão, do Espírito absoluto. Porém Hegel ressalta que o existir depende da necessidade do homem, logo, um governo, por exemplo, existe por ser necessário. Isso implica que se perde a necessidade pode deixar de existir para dar lugar à outra existência pensada pelo homem. Nessa ótica Hegel aborda a questão política da humanidade onde uma questão histórica que existe pode deixar de existir para dar lugar a novas ideias, onde em cada momento histórico temos uma intuição – e representações e conceitos – de uma forma específica de existência. O Estado não possui assim as mesmas regras que um futuro Estado pode ter. Uma religião não possui os mesmos ideais que uma futura religião pode possuir. Está aí um traço marcante do caráter revolucionário da filosofia de Hegel, uma vez que já não se compreende, nesse sentido de movimento, mais um pensar como absoluto ou como inalterado. A verdade está no conhecimento do homem, na ciência, na filosofia, nas formas superiores do seu pensar que aqui não aborda uma verdade absoluta estanque, desprovida de movimento e de historicidade (ENGELS, 2018, p. 2).

Visto tudo isso temos em mente que Hegel compreende a um resumo do que a filosofia, assentada em bases e movimentos idealistas, pode contribuir para o avanço da humanidade no entendimento da realidade. Hegel ajudou e influenciou pensadores a

enxergarem o mito da verdade absoluta, e isso fez com que o homem desse um passo à frente em direção ao entendimento das relações de si com o mundo consigo mesmo. Isso porque entender que tudo pode ser mudado e deixar de existir para dar lugar a algo novo, diz respeito a um avanço importante. No entanto o trabalho progressista da filosofia idealista hegeliana se encerra aí, pois quando se compreende que o entendimento real da realidade concreta está sempre parametrado no ser real, material e sensível, bem como na existência das massas, dos homens reais e concretos, torna-se possível compreender a partir daí a verdadeira verdade das coisas, do seu ser e dos seus movimentos. Ao passo que não será um filósofo sozinho, mediante os volteios internos de um pensamento autossustentado, capaz de chegar à resolução das problemáticas e contradições do homem, uma vez que pensa essas contradições e não as relaciona com a prática real permanecendo assim no mundo das ideias. Somente o pensar não é capaz de mudar uma realidade determinada, está aí uma das contradições da filosofia de Hegel. No entanto o entendimento de que essa filosofia traz a possibilidade de ultrapassar ideias inalteráveis, será de grande importância para pensadores como Feuerbach e até Karl Marx (ENGELS, 2018, p. 4).

Como dito anteriormente temos que na década de 1840 ocorria na Alemanha um grande debate acerca da religião e Estado. No que diz respeito à religião temos que a filosofia de Hegel se torna complicada ao abordar tal instituição, uma vez que os chamados jovens hegelianos, na medida em que tentaram realizar tal fato, tiveram que recorrer ao materialismo. E ao chegar nesse aspecto, esses filósofos se depararam com uma grande contradição entre as ideias absolutas ditas como verdades necessárias e o concreto real, pois as ideias não são a realidade. Logo os jovens hegelianos se viam presos quando confrontavam a realidade e se deparavam com o materialismo. Feuerbach aparece para esclarecer muitas questões no que diz respeito a esse fato (ENGELS, 2018, p. 5).

O que podemos apontar aqui como resolução das perguntas que o pensamento de Hegel levanta na crítica religiosa, é que Feuerbach aborda a ideia de um materialismo no pensar dando base sólida para uma crítica fundamentada na ideia de “realidade para o pensamento” e não de um pensamento autossustentado, num fluxo que parte “do pensar para a realidade”. Feuerbach usa como base para isso a natureza e a relação do homem com a mesma. O pensador aborda que a natureza existe fora das ideias, bem como o homem que é produto dela. E assim aparece a materialidade do ser humano natural-sensível, conseqüentemente uma crítica mais fundamentada da religião (porém veremos mais adiante que existem problemáticas nessa crítica) (ENGELS, 2018, p. 5).

Segundo Alfredo Llanos (1974), Feuerbach, nascido em 1804, foi um filósofo e antropólogo alemão. Sua análise é conhecida como teológica humanista. Apesar dos méritos do seu pensamento e da sua obra, Feuerbach pensava o homem fora da sociedade que o cerca, ou seja, abstrai o homem dos processos e desenvolvimento da sociedade, como será visto no decorrer do presente estudo. Nesse caso se Hegel abstrai o ser do pensar, Feuerbach o fazia com a sua abstração da sociedade. No entanto não deve ser totalmente atribuído culpa a Feuerbach por esse fato, isso porque as consequências de atraso econômico que vivia a Alemanha na época eram algo de bastante influência para a defasagem de pensamento desse filósofo antropológico. É importante ressaltar também que Feuerbach exerceu uma importante influência na formação do pensamento de Karl Marx, uma vez que aborda questões que vão de encontro com o materialismo filosófico (FEUERBACH, 2007).

Para Alfredo Llanos, Feuerbach se encontra entre os mais importantes e influentes pensadores da história da humanidade. Sua análise de caráter e influência materialista contribuiu para a filosofia no que diz respeito ao pensamento do homem e suas relações. Feuerbach teve contato direto com a filosofia idealista de Hegel quando foi para Berlin, na década de 1920, fato esse que dá suporte aos trabalhos do pensador e mais tarde às suas críticas a Hegel (FEUERBACH, 2007). Considerando o itinerário de seus trabalhos e obras, destaca-se que Feuerbach em 1830 publica “Pensamentos sobre a morte e sobre a imortalidade”, nessa obra temos o que seria um pensamento já com influência notável de materialismo nas suas ideias. No entanto, conforme será desenvolvido mais adiante, esse pensamento constitui um materialismo que abstrai o homem do desenvolvimento histórico da sociedade que o cerca, abrangendo assim o homem em si como sujeito material sensível advindo da natureza. Nota-se aqui a diferença entre o pensamento de Feuerbach e Hegel, uma vez que o objeto (homem) é visto em sua materialidade como ser que existe por si, objetivamente, e não um objeto advindo do mundo dos pensamentos e do espírito (LLANOS, 1974).

Feuerbach vai com o tempo realizando a crítica da religião em suas obras, fato esse que se mostra bastante acentuado em “A Essência do Cristianismo”, de 1841. A influência dos escritos de Feuerbach vão muito além de somente despertar a curiosidade de pensadores de sua época, suas obras permitiram converter sujeitos a notáveis feuerbachianos (LLANOS, 1974).

É importante ressaltar que Feuerbach é um sujeito que evoluiu a filosofia na Europa em seu tempo. Uma vez que traz com ele o que em Hegel não se observava, que é o cunho materialista em suas análises. Hegel entende o homem através da evolução geral do espírito e

da cultura, perdendo, assim, o ponto de partida material, palpável, que dá substância à existência concreta do ser. Feuerbach, por sua vez, realiza algo novo no que antes era analisado somente no âmbito da filosofia idealista, uma vez que identifica o ser em geral à objetividade e que atribui ao homem os sentidos e as suas características naturais (a razão, a vontade e o amor) (FEUERBACH, 2007). São então análises que identificam o ser humano como um ser sensível que se relaciona com um todo material-sensível, que é a natureza, através de seus sentidos e ações.

Hegel então jamais poderia comprovar a realidade, pois entra em contradição com ela à medida que analisa questões ideais que não correspondem ao real concreto existente (LLANOS, 1974). Feuerbach dá um passo à frente ao identificar que o ser humano não advém dos pensamentos ou da cultura da sociedade, mas atribui ao homem uma essência natural-sensível, e através dessa essência atribuída analisa suas relações. Além disso, Feuerbach ressalta ainda que a natureza é relação dialética com o homem que possui uma materialidade, e assim como o homem a natureza também existe objetivamente fora do pensamento. E ainda a relação homem e natureza dá origem a elementos civilizatórios, análise esta que acaba sendo mistificada pelo idealismo de Hegel (FEUERBACH, 2007). Os elementos aqui destacados foram armas para críticas de Feuerbach a Hegel, o ser humano aqui é percebido como um sujeito objetivo que existe no tempo e espaço, podendo assim pensar e perceber estímulos aos quais ativam as ações humanas para com o mundo natural.

O pensamento idealista identifica a essência humana ao mundo das ideias, como se sua existência estivesse atrelada ao pensamento. Feuerbach por sua vez ressalta que a natureza sensível é o que dá materialidade ao homem e produz sua essência, portanto, sua existência material. Além disso, Feuerbach discute em suas obras a origem da vida atribuindo à mesma um caráter material. Para o pensador a vida teve origem através de processos físicos e químicos, utilizando a ciência para explicar tais fenômenos. Sabe-se que a ciência trabalha com a realidade concreta material, nesse sentido ainda o conceito de origem da vida de Feuerbach concorda com a concepção de materialidade do homem sensível em suas obras.

Feuerbach possui uma vantagem em relação à filosofia idealista de Hegel ao abordar o homem sensível, passível de experimentar o mundo e agir conforme suas experiências. Somente um ser materializado na existência é capaz de interagir conforme suas experimentações e vontades. Uma prova concreta do caráter materialista das elaborações do pensador está no reconhecimento da relação dialética entre o homem e a natureza pelos sentidos. Porém, como será visto, Feuerbach entende o homem fora do contexto das relações que são social e historicamente criadas. Nesse sentido, o filósofo alemão não compreende que

o ser humano é influenciado pelo sistema de produção em que está inserido e que através dele o homem possui certa forma de interagir com a natureza e satisfazer suas necessidades (LLANOS, 1974).

Visto isso, Feuerbach é de fato um pensador de grande importância para a história, ao colocar em análise o pensamento idealista de Hegel que ressalta a razão como a essência do homem esquecendo assim o objeto sensível e material do ser. Feuerbach assim desperta grande interesse em pensadores de todo o mundo não apenas no seu tempo, mas também na filosofia posterior. Tais pensadores buscam critica-lo, defende-lo e ate mesmo se converter, em certos casos, em feuerbachianos. Feuerbach compõe o grupo de pensadores que contribuíram para a análise da realidade do homem, que contribuíram ainda para o marxismo. Marx, no processo de formação de seu pensamento, é fortemente influenciado por Feuerbach. Assim como em relação às obras de Hegel, Marx buscou também se aproximar de Feuerbach, adquirindo assim um horizonte mais concreto na análise materialista. As críticas e leituras que Marx faz a Hegel e Feuerbach foram de grande força na fundamentação de seu pensamento (LLANOS, 1974).

No desenvolvimento teórico de Feuerbach temos que o mesmo foi ao longo do sua trajetória um filosofo idealista de caráter hegeliano, mas que foi se atribuindo de materialismo com o passar dos anos. No entanto em sua época as ciências naturais, assim como as ciências sociais, capazes de atribuir historicidade ao mundo da natureza e da sociedade estavam ainda em desenvolvimento, no entanto grandes descobertas ocorreram nesse período como a teoria da evolução de Darwin, e no plano da sociedade, as reflexões sobre a Revolução Francesa, por exemplo, concorriam para os avanços da compreensão dos movimentos históricos das transformações sociais. Porém Feuerbach compreendia a um filosofo solitário, vivendo grande parte de sua vida em um vilarejo, vivência corresponde aos aspectos mais atrados da realidade alemã, esse fato e diversos outros fatores fizeram com que o pensador não tivesse contato com a realidade e com as obras que trabalhavam com o conceito de historicidade da natureza e, principalmente, o que é decisivo, com o conceito materialidade social e de historicidade na sociedade (ENGELS, 2018, p. 10).

A existência de Feuerbach e de sua obra filosófica, então, não somente contribui para seu tempo, mas também para a elaboração do pensamento filosófico e do marxismo, bem como para as questões do tempo presente. Sem os trabalhos desse pensador a filosofia idealista talvez nunca tivesse evoluído da forma que a história permite observar.

### 1.1. O materialismo em Feuerbach e a essência do humano

Como dito na sessão anterior Feuerbach pode ser caracterizado como um pensador materialista, onde o ser humano como ser sensível possui aí sua essência material. O tópico que segue possui o objetivo de abordar de forma mais específica o pensamento de Feuerbach. Focando aqui em suas análises acerca do ser humano e sua relação direta com a religião. Para isso tomam-se como base os dois primeiros capítulos de uma de suas obras mais famosas e influentes, “A Essência do Cristianismo”.

Feuerbach começa seu primeiro capítulo abordando um dos elementos que o mesmo julga como fundamental para definir a religião. Porém compreende a um capítulo que possui como objetivo a análise do homem em sua materialidade sensível. No entanto para entrar nessa questão o autor descreve que a religião acontece na diferença entre o homem e o animal, sendo que os animais não possuem religião, ao passo que, não possuem também consciência (FEUERBACH, 2007).

Na medida em que Feuerbach diferencia o homem do animal pela consciência, o mesmo começa aí a descrever o que seria essa consciência. Consciência que para o pensador descreve a materialidade do próprio homem, o homem como objeto sensível. Descreve o que de fato é ser humano em sua existência material-sensível. O ser humano ao possuir consciência consegue refletir sobre si, o mesmo sabe que existe. Por esse motivo consegue se relacionar consigo próprio, na medida em que pensa e conversa consigo mesmo. Na mesma linha o ser humano possui consciência de gênero ao refletir sobre as relações com os outros homens. O animal possui somente a capacidade do instinto, pois são faculdades já naturalmente dadas e impressas no seu ser. Onde o mesmo possui atitudes repetitivas transmitidas entre as gerações, sem que ocorra uma reflexão sobre elas, ou mesmo, reflexão em relação a outros seres (FEUERBACH, 2007).

Feuerbach em seu primeiro capítulo de “a Essência do cristianismo”, pensando a essência do homem e a essência do animal, ressalta a peculiaridade da consciência como predicado dos homens:

A essência do homem, em contraste com a do animal, não é apenas o fundamento, mas também o objeto da religião. Mas a religião é a consciência do infinito; assim, não é e não pode ser nada mais que a consciência que o homem tem de sua essência não finita, não limitada, mas infinita. Um ser realmente finito não possui a mínima ideia, e muito menos consciência, do que seja um ser infinito, porque a limitação do ser é também a limitação da consciência. A consciência da lagarta, cuja vida e essência é restrita a uma espécie determinada de planta, não se estende também para além desse campo limitado; distingue certamente essa planta de outras plantas, mas ela não sabe. Por isso não chamamos uma tal consciência limitada e, exatamente por ser limitada, também infalível e iniludível, de consciência, mas de instinto.

Consciência no sentido rigoroso ou próprio e consciência de infinito são conceitos inseparáveis; uma consciência limitada não é consciência; a consciência é essencialmente de natureza universal, infinita. A consciência do infinito não é nada mais que a consciência da infinidade da consciência. Ou ainda: na consciência do infinito é a infinidade da sua própria essência um objeto para o consciente (FEUERBACH, 2007, p. 36).

Nesse sentido Feuerbach descreve o que de fato compreende a consciência, sendo assim a capacidade de reflexão que o ser possui de sua própria existência. Essa capacidade de reflexão permite que o ser seja infinito, isso porque o ser consciente sabe agir para além de uma forma instintiva. O ser sabe nesse sentido o fim de suas ações e pensamentos, consegue refletir acerca dele e dos outros seres. Tal capacidade viabiliza a ampliação das ações e reflexão do indivíduo, tornando suas possibilidades infinitas. Algo que somente o ser humano possui, diferenciando o mesmo do animal.

Segundo Feuerbach existem elementos que dão fundamento a consciência humana, tais elementos compreendem a essência do homem. São características advindas da natureza que estão impressas no ser vivo que é o homem, ou seja, não são meras questões desconectadas no mundo das ideias. Essas características realizam o gênero da humanidade e a torna infinita na materialidade de sua existência. Esses elementos existem em função do homem e para o homem, reforçando ainda mais sua materialidade. São características sem as quais o ser humano não é nada, ao mesmo tempo em que se negadas não se constitui um ser humano completo. Então quais seriam tais características? Dizem respeito ao amor, a razão e a vontade. (FEUERBACH, 2007, p. 36).

Visto isso, a consciência para Feuerbach é algo que somente o ser humano possui, no sentido de ser um ser infinito. De ser seu próprio objeto onde o amor, a razão e a vontade (elementos de sua essência) nunca morrem, uma vez que passam de geração a geração. A consciência do homem é a consciência além dos sentidos, dos instintos. Fato esse que o difere essencialmente do animal, e o viabiliza em sua materialidade própria.

Feuerbach ressalta que a essência move o homem, dá ação ao mesmo. O homem existe através da essência em seus elementos da razão, amor e vontade. O homem é o **amor** em sua manifestação viabilizando existência material ao indivíduo e o fazendo agir de forma coletiva. O que o ser humano não é capaz de fazer por um filho? Ao perceber um filho prestes a ser atropelado, um pai é capaz de se atirar na frente de um carro no objetivo final de salvar o ente querido que compreende a sua meta para onde se dirige o amor. Essas ações não estão no mundo das ideias, são ações que existem no homem antes mesmo que ele pense sobre elas. Quando Feuerbach fala da **razão** está ele falando da necessidade do saber, necessidade essa

preexistente no ser humano. Tal característica que também compõem a essência também trabalha para o gênero humano ao viabilizar as ciências. Ao pensar esta o homem sendo preenchido por ele mesmo, existindo em sua forma e conteúdo. Isso porque está exercendo a razão e a razão o exercendo no mundo. O homem então vive para amar, saber e exercer suas vontades. (FEUERBACH, 2007, p. 37).

Feuerbach ressalta que o homem ao pensar, amar e querer está se relacionando com ele próprio em sua essência objetiva, ou seja, está se relacionando com seu próprio objeto. Outra questão interessante está na ideia de que podemos conhecer o homem através do objeto com que o mesmo se relaciona. Isso porque se relaciona com o mundo através da razão, amor e vontade. Está interagindo com o mundo através de sua própria essência, e ao se conectar com um objeto específico está refletindo sua essência no objeto. Ao amar está refletindo o amor no objeto alvo do amor, ou ainda, ao pensar está refletindo a razão no objeto estudado. É assim com questões espirituais (religião e Deus) e até materiais (FEUERBACH, 2007, p. 38).

O homem aqui é visto como um ser sensível na medida em que existe para si e interage com o mundo que o cerca. O homem é sentidos em essência, ao escutar uma música o ser humano é preenchido por sentimentos advindos da essência sentimental de amor. Ao estudar um conteúdo, ou analisar ideias no pensamento o homem está sendo inundado pela essência que é a razão. Através dos sentidos o homem sente e interage com o mundo e reproduz ações com base nos sentidos que absorve como ser passivo que é (FEUERBACH, 2007, p. 41).

Podemos dizer então que o homem faz a religião e seu Deus, e se relaciona com o divino. Mas se o homem se relaciona através dos sentidos de sua essência qual seria o sentido por traz do divino? Feuerbach irá dizer que a resposta está no sentimento (ou na essência do amor), pois não se pode louvar o divino pela razão. O sentimento é o sentido ideal para a elevação da religião e de Deus para o homem. O homem projeta sua essência no divino, ele é portanto o Deus que cria para adorar e amar. O divino é objeto para o homem, e através da religião conhecemos da essência humana (FEUERBACH, 2007, p. 42).

De acordo com o discutido até aqui afirmamos que segundo Feuerbach a religião se baseia na diferença entre o homem e o animal, pois animais não possuem religião. Essa diferença encontra-se na consciência que o homem possui de reflexão de si mesmo, bem como das relações sociais entre sociedade dos indivíduos com o seu gênero. Possui o homem também consciência e reflexão de outros seres e do mundo, o que o faz trabalhar com a ciência. Já o animal somente possui consciência sensorial de si e das coisas que ocorrem em volta do mesmo. Logo o animal o sente porém não é capaz de refletir sobre si. Além disso, o homem possui consciência infinita, sabe que sabe. O animal é finito, pois se restringe a

consciência dos instintos. O animal sabe como é que deve comer ou procriar, porém sua consciência é limitada a hábitos mecânicos sem reflexão e reproduzidos de gerações através da genética. O homem por sua vez reflete sobre si e suas ações, e o faz diferente e infinitamente. Temos também que a essência do homem que é também objeto do mesmo compõem a trindade amor, razão e vontade. O humano possui consciência dessa trindade, a mesma é parte inseparável desse ser. O homem não possui essas características, ele na verdade é através delas. A trindade razão, amor e vontade é o objeto do homem, o homem é seu objeto. É através do objeto que conhecemos o homem. A existência da ciência encontra-se na ocorrência da razão, do saber. A existência da preocupação com o próximo e dos laços em sociedade ocorre pela viabilização do amor. E tudo que o homem faz é fruto de sua vontade (FEUERBACH, 2007).

## **1.2. A essência do divino e a relação homem e religião**

Feuerbach aborda a questão do homem e sua essência como algo sensível e material. E diz que a relação entre o homem e o objeto em que o mesmo está experimentando com os sentidos da razão, amor ou vontade vale também para sua relação com a religião. A relação homem e religião compreende a uma relação dialética entre homem e objeto. No entanto não estamos falando aqui de um objeto sensorial materializado. Feuerbach ressalta que a consciência do objeto sensorial é discernível da consciência do homem. No entanto, entende que a consciência do objeto religioso é a própria consciência humana. Uma vez que os objetos sensoriais percebidos pelos sentidos do tato, paladar ou olfato estão fora do homem. O religioso por sua vez se encontra dentro do ser humano, nesse sentido a religião é o objeto mais íntimo do homem. O divino está tão ligado ao homem como está a sua essência. Deus corresponde aos pensamentos mais puros do ser humano materializados em uma idealização divina. O homem transfere suas características ao seu Deus, e faz da religião seu eu externo. A consciência de Deus e do homem estão extremamente vinculadas, sendo um com a essência divina. (FEUERBACH, 2007, p. 44).

No entanto Feuerbach ressalta que sendo a consciência de Deus a consciência do homem, não se diz igualmente que o homem é consciente de si próprio. Isso porque a própria falta de consciência de si mesmo o faz criar a religião, sendo assim a religião a transferência de sua consciência a um objeto que é o divino. Nesse caso o homem não se relaciona com a consciência dentro dele, mas com a consciência externa na religião. A sua essência

transforma-se em um objeto refletido com o qual se relaciona, porém não percebe o homem esse fato e reproduz assim a manifestação própria no divino (FEUERBACH, 2007, p. 45).

Nesse sentido é a essência da religião a adoração ilusória de uma outra essência, o divino é visto pelo homem como algo que não ele próprio. É sentido como algo externo e diferente, algo maior que o humano. Porém não é nada além da consciência do homem ampliada a um patamar elevado de divindade. A existência da religião para Feuerbach é a prova da existência da essência humana, e sua manifestação. O que está na mente e nas ações do homem está refletido e reproduzido como divindade. O que é de Deus é parte do homem, Deus está no homem. Negar tal fato é negar a existência humana, uma vez que refletir sua essência no divino corresponde a uma necessidade. Porém existem aqueles que buscam negar a existência do divino, para esses Feuerbach irá dizer que estão na verdade se relacionando ainda com sua essência, mesmo que a estejam negando. Isso porque a negação do divino é ainda uma relação com a essência externa, pois só se nega algo que seja objeto de negação. É a religião objeto, objeto esse que corresponde à essência humana refletida e banhada de divindade. A religião existe aqui pela falta de conhecimento do homem de sua essência dentro de si mesmo, o que o faz internalizá-la em um Deus (FEUERBACH, 2007, p. 47).

É interessante ressaltar que quando o homem está na consciência da razão é fortemente influenciado a negar a essência refletida no divino viabilizada pelo sentimento. E assim perde o homem o gosto pela religião e conseqüentemente torna-se desgostosa para ele a existência de Deus (FEUERBACH, 2007, p. 47).

Feuerbach discorre acerca da necessidade do divino na vida do homem, e diz que os predicados refletidos em um Deus são na verdade as qualidades que o homem conhece de si mesmo. São os predicados que o homem sabe que existe, pois estão nele materializados, e só por isso pode transportá-los a um Deus. Deus é sábio, Deus é justo e bom. São essas as necessidades que o gênero humano procura para uma boa convivência, porém tais características se encontram no próprio homem. Um homem que se relaciona com o divino está seguindo o caminho de um Deus em seus predicados perfeitos, porém não percebe esse homem que está observando sua própria vontade de ser a essência divina. E por não ser consciente de si mesmo não percebe que já é Deus. O homem possui os predicados do extremo da bondade, mas também da maldade. A necessidade dos predicados divinos está na vontade de ressaltar as características positivas da essência humana (FEUERBACH, 2007, p. 50).

Um fato interessante diz respeito à diversidade de religiões e concepções de Deus. Feuerbach irá discorrer sobre isso no sentido de que a diversidade do divino é tão real quanto

à diversidade das características da essência humana. Sendo a essência divina a essência humana, nada mais verídico que a existência de várias características de Deus. E aí que observamos os Deuses nórdicos, o Deus do cristianismo, o Deus no budismo, etc. A variedade de Deuses é realmente grandiosa, no entanto ressalta Feuerbach de que tudo isso não é nada além dos predicados diversos da essência humana no divino. Não importa onde seja o Deus, tampouco como seja a religião. O fator que faz o homem estabelecer uma religião não é outro senão a transferência de sua essência ao divino. Deus é para o homem aquilo que ele quer que apareça para ele, representando os predicados humanos desejados. Isso porque seus predicados são aquilo que ele conhece em si como referência, pois existe dentro dele. A diversidade do divino está então na diversidade da essência humana infinita (FEUERBACH, 2007, p. 51).

Feuerbach, ao discorrer acerca da diversidade da religião, aproveita para analisar a história desse processo na humanidade. O autor mostra que o homem nos tempos remotos de natureza, estava totalmente concentrado de predicados correspondentes ao mundo natural. Nesse sentido seu Deus é projeção desses predicados naturais, como exemplo o Deus da chuva ou da terra. Em eras do antigo Egito temos a construção de templos aos Deuses, o que nada mais é que a necessidade humana de atribuir validade a coisas materiais. Os deuses homéricos possuem os predicados da força, como por exemplo, Zeus como um Deus poderoso e forte. Isso porque a força era na época uma característica requisitada na humanidade e tida como divina, fazia parte dos predicados humanos do momento histórico em questão. O Deus da guerra era tido como um Deus de virtude, conseqüentemente porque os guerreiros de virtude eram vistos como os mais capacitados. Aí está a prova de que um Deus é a essência humana em seu reflexo, na medida em que temos a sabedoria, o amor e a justiça como predicados dos Deuses. As características da bondade, sabedoria e justiça são por sua vez atribuídas como divinas. Um Deus para ser Deus deve ser justo, bom e sábio. Um Deus não é Deus por ser divino, mas por possuir os predicados da divindade humana. Sem a bondade, sabedoria ou justiça um ser não pode ser Deus. Está aí a prova de que a transferência dos predicados do homem para o divino é fato essencial para a existência de Deus (FEUERBACH, 2007, p. 51).

Um fato interessante a ser ressaltado é que o homem atribui essência divina em muitos objetos experimentados em seus sentidos. A exemplos do raio ao Deus do trovão, do mar ao Deus das águas, etc. Tudo existente no mundo como objeto é passível de ser atribuído a divindade, a religião já experimentou diversos elementos nesse sentido. Até mesmo os animais podem ser vistos como criaturas divinas, a exemplo do elefante na Índia. Nesse caso

tudo que pode abranger a consciência do homem sobre si mesmo e sobre sua experimentação do mundo é passível de ser atribuído à religiosidade. Tudo que está na religião está antes na consciência humana como uma espécie de “banco de dados”, e aí que se encontra mais um elemento da relação do homem com seu próprio objeto que é a sua essência na religião (FEUERBACH, 2007, p. 52).

Feuerbach ressalta que para a religião não existe padrão dos predicados humanos, até mesmo o sentimento do medo já foi objeto de construção de templos na história da humanidade. Além disso, o pensador discorre acerca da diversidade de predicados humanos, ressaltando que isso corresponde à infinidade da riqueza humana. Discorre ainda sobre a questão de que só pode existir um ser sensível e de tantos predicados na medida em que esse ser existe no tempo e espaço, atribuindo assim materialidade ao sujeito. Feuerbach pontua também a questão temporal e histórica dos predicados humanos, ou da essência humana. Isso porque discorre acerca das diferentes fazes da humanidade na história, pontuando a ideia de que ao longo da história o ser humano consiste em um conglomerado infinito de predicados. A essência do homem sensível dos tempos remotos das tribos não corresponde à mesma experiência que o homem sensível dos tempos da indústria adquiriu com seus sentidos. O homem é capaz de aprender, amar e saber infinitamente ao longo de história. Esse fato leva para a análise de diferentes Deuses em cada tempo. O Deus do futuro não será o mesmo que o Deus do passado e vice-versa<sup>1</sup>.

A diversidade da essência humana é infinita, infinita é também a essência do divino. Infinita são as possibilidades de atribuição de predicados a um Deus. Esse fato demonstra quão grandiosa é a existência da humanidade, pois ao olhar para a infinidade de um Deus olhamos para a essência humana. Não se pode separar o Deus do homem, seus predicados são predicados da humanidade. Divino e humano vivem em uma relação vinculada de objeto para objeto. Os homens transferem sua essência que aparece de forma fenomênica como uma segunda essência. O que na verdade não corresponde à realidade. A essência transferida e rica de predicados não diz respeito a uma outra essência diferente passível de se relacionar ao humano. É aí a relação do humano com sua própria existência (FEUERBACH, 2007, p. 54).

Um fato interessante citado por Feuerbach está na supervalorização de Deus para o homem. Deus é a essência humana transferida ao divino, no entanto ao comparar Deus e homem temos um antagonismo. Deus corresponde aos predicados mais valorizados do homem, nesse caso para Deus ser Deus o homem se inferioriza em seus predicados menos

---

<sup>1</sup> O caráter abstrato e a insuficiência da abordagem feuerbachiana da história serão abordados e criticados mais adiante.

valorizados. É aí que encontramos frases como “O ser humano não é confiável como Deus”, “O ser humano trai, mas Deus sempre está comigo”, etc. Mas algo ainda ocorre nessa transferência que o homem realiza a Deus. Diz respeito à ideia da projeção e transferência dos predicados humanos para o divino como alienação. A “supervalorização” de Deus e o esvaziamento de si do homem, a transferência dos seus melhores atributos e potência para o divino corresponde a uma situação que precisa ser revertida, superada (FEUERBACH, 2007, p. 55).

Quanto mais o homem se priva de suas características para um Deus existir, maior é seu Deus. Maior é a experiência do homem para com os predicados da divindade. O que o homem nega em si, ele transfere e aliena para o divino. O que é negado é substituído por seu Deus, pelos predicados perfeitos da entidade. Um exemplo interessante diz respeito à razão, o homem nega a razão e transfere o saber a Deus. O homem assim nada sabe de Deus, não pode comprová-lo. No entanto Deus sabe de tudo, é o guia das ações do homem, Deus indica o caminho correto, Deus é seu pai, seu filho e seu irmão. O homem nesse caso não vive sem seu Deus, pois com ele possui uma vida sábia, feliz e prospera. Deus possui a razão de saber o melhor para o homem, Deus sempre terá razão e quem o segue estará vivendo a melhor de suas vidas (FEUERBACH, 2007, p. 56).

Segundo Feuerbach o homem ao negar suas características mais valorizadas para fazer existir o divino, está na verdade perdendo a capacidade de perceber que Deus é sua essência. Está aí a prova para Feuerbach de que o homem cria Deus por não conhecer a si mesmo. Para o homem só Deus é bom, o humano é perverso e maldoso. Como poderia o homem perceber que possui capacidade de predicados divinos sem que enxergue que já é Deus em si mesmo? O homem transfere e aliena parte de sua essência e com isso é privado de seu autoconhecimento mais pleno. Para o homem o bom não é para o humano e isso pode privar a existência plena dos seus sentidos (FEUERBACH, 2007, p. 57).

Devemos, no entanto, entender que não é tão simples como não ser amplo, ou não poder ser sua amplitude na essência. Isso porque o homem se reconhece na sua oposição na sacralidade, porém se une a ela quando reconhece que o divino é aquilo que ele deve ser. Nesse sentido guia-se o homem dos predicados divinos, seus próprios predicados transferidos e alienados a Deus. A sua vida é então vivida de acordo com o que ele deve ser diante da religião, diante dos predicados sagrados do divino. Mas tudo isso não é nada além do homem tentando de alguma forma ser ele em essência, mesmo que se relacionando com essa essência transferida a um objeto. (FEUERBACH, 2007, p. 57).

O que discutimos até aqui permite dizer que o homem atribui e aliena a Deus predicacões divinas, no entanto o que é atribuído e alienado a Deus na verdade é encontrado no próprio homem. Tudo que Deus representa, representa também o ser humano. Em Deus pode-se encontrar a própria essência boa da humanidade. Essência essa objeto do homem pelo divino, que rege sua vida de acordo com os predicados religiosos. O homem então ao contemplar o sagrado, está admirando nele a sua própria essência mais valorizada. E assim aquele que ao dizer que Deus é amor, que é um ser bondoso, fiel, que perdoa cheio de bondade, que é contra a maldade e que o homem por sua vez é perverso está na verdade negando a essência humana aparentemente. Isso porque ao contemplar o divino o homem eleva a sua essência a um patamar de alto nível. E assim permanece a ação humana banhada de divindade, contemplada em sua essência pelo próprio ser que possui essa essência (FEUERBACH, 2007, p. 58).

O homem é assim o segredo da religião. Segundo Feuerbach é no homem que encontramos o porquê da religião e de sua existência. Mas é a religião aqui o objeto para o homem. E sendo a religião a essência humana, temos que o próprio homem se torna objeto para si mesmo nessa relação dialética. O homem nessa jornada com o divino acredita que faz da existência de Deus uma alternativa para a salvação da ação humana, e assim o homem tem em sua meta o divino. No entanto ele não está seguindo uma meta exterior a ele, ou seguindo uma espécie de guru (mesmo que assim pense o homem). O ser humano aqui tem por horizonte ele próprio, no objetivo de ampliar sua essência da forma que acha mais justa e valorosa. Ao objetivar Deus, o homem se põe nas alturas e observa de longe a sua própria imagem (FEUERBACH, 2007, p. 59).

A vontade de ter Deus por meta da felicidade é vista como uma atividade divina. A felicidade não é conseguida aqui senão por Deus. No entanto se é transferida a felicidade ao sagrado, corresponde assim uma atividade meramente humana o desejo de uma vida melhor em sociedade a fim de garantir a felicidade. Assim o homem ao se relacionar com a bondade por meio de um objeto que é o divino (bondade esse que já compõem a essência humana), está impulsionando suas ações por meio dessa relação. Mas esse impulso que deveria vir do próprio homem advém de forma aparentemente externa a ele. Assim permanece Deus como a essência humana externa, o homem se torna preso em sua essência objetiva no divino. Isso porque não pode agir por si mesmo, pois quando transporta o bem a um Deus só poderá agir em sua essência boa através do sagrado. No entanto se torna aí um ciclo sem fim no qual o homem deixa externa sua essência, mas logo se apropria dela novamente. O ser humano deixa sua essência externa em Deus, mas a absorve e a toma para si quando estabelece a relação

com a religião. Esse evento de atração e repulsão ocorre de forma infinita, e assim segue o homem em sua relação com sua própria essência que se torna objeto. E assim segue a essência da religião, e a existência do divino (FEUERBACH, 2007, p. 60).

O homem então cria a religião na medida em que nega sua essência ao transferi-la a um objetivo externo que é o divino. Quanto mais nega a si mesmo mais forte fica o seu Deus. A existência da religião então é a falta de autoconsciência do homem sobre sua essência. É a necessidade do homem de realizar a amplitude de sua consciência, porém o faz por uma relação objetiva com sua essência externa a ele (FEUERBACH, 2007, p. 60).

O que vimos até aqui com as análises de Feuerbach faz com que seja possível afirmar que o que vale para o objeto sensorial (coisas fora do homem) vale também para o objeto religioso. Nesse sentido o objeto religioso é passível de reflexão pela consciência do homem, porém diferente do objeto sensorial (consciência do objeto sensorial é diferente da consciência do homem) o religioso se encontra vinculado à consciência humana. Logo a consciência de Deus, é a mesma que a consciência de si mesmo para o homem. A religião são as manifestações dos sentimentos e vontades humanas, a manifestação do seu eu total. Aqui que a religião não corresponde ao fato de o homem possuir consciência de si mesmo, o fato da consciência de Deus estar vinculada a consciência humana não faz verdadeira essa questão. Pois é o fato de não possuir a total consciência de si que faz o homem se projetar em um Deus. É assim a religião uma parte da consciência de si do homem. Do mesmo modo que a essência divina é a relação do homem com sua própria essência, do homem como seu próprio objeto. O sujeito e a sua essência estão meramente ligados. Ligados também são a essência divina e o sujeito, pois a manifestação religiosa faz parte da essência humana. As qualidades divinas são reflexos das qualidades humanas. Deus é amplo e infinito, o homem o é igualmente. A cada nascimento de outro ser humano, existe a manifestação de uma nova essência, o que corresponde ao crescimento e diversidade infinita de essência humana. Além disso, o amor é infinitamente amplo, o saber faz do homem um ser que busca e aprende infinitamente. As características divinas são estão contidas nas humanas, quando o homem se relaciona com Deus está na verdade observando a si mesmo. Deus é a essência humana, tudo que o homem se priva em si ele reflete em um Deus maior, tornando características que são humanas a um nível de maior intensidade. Deus então substitui a característica humana que o homem se nega para se entregar ao divino. A religião é também tudo que o homem nega em si mesmo para se entregar a ela. Na religião o homem nega a razão, depositando seus saberes ao divino. Ele não sabe nada sobre Deus, ou não se importa se não pode comprova-lo por fatos, mas deposita sua razão nele e seus saberes se fazem através disso. Logo o que o homem fala de Deus ou renega

a si para Deus, diz respeito a tudo que ele é em si mesmo, diz respeito a sua essência. Deus é criado pela essência humana, pelas ideias e projeções humanas, é o reflexo das características que o homem procura evoluir em si. O divino é a essência da vontade do homem de se tornar melhor, bondoso e moralmente capaz de manter paz. Nesse sentido Deus fica sendo uma extensão do homem, onde ele mesmo age através da aprovação das características próprias refletidas no divino. Porém não percebe que o divino é o próprio homem (FEUERBACH, 2007).

Feitas essas considerações aproximativas à filosofia de L. Feuerbach, ao caráter e aos argumentos de sua crítica à religião, no passo seguinte, o presente trabalho adentrará em diálogos e debates que foram travados na filosofia alemã do período, a partir das elaborações materialistas feuerbachianas. Para tanto, serão tratados principalmente trabalhos de K. Marx e de F. Engels, autores que ajudarão a dimensionar a importância das posições filosóficas de Feuerbach, bem como de indicar os seus limites e insuficiências.

## **CAPITULO II - AS RAÍZES SÓCIO-MATERIAIS E HISTÓRICAS DAS REPRESENTAÇÕES HUMANAS**

O que trabalharemos nesse capítulo são as obras materialistas que atribuem historicidade nas relações humanas, bem como a comparação dessas obras com a análise do pensamento de Feuerbach. Marx e Engels serão fortemente referenciados aqui, junto a suas críticas a Feuerbach.

No que diz respeito a Marx temos que nos anos de 1840 começa a desenvolver estudos originais em suas obras. Estudos esses denominados de uma posição filosófica marxiana, que já começam a aparecer em seus escritos de 1843 e 1844, como os “Manuscritos Econômicos Filosóficos” (SILVA, Marlon Garcia et al, 2014, p. 212).

Podemos dizer que ainda antes, em 1843, quando escreve “Crítica da filosofia do direito de Hegel” Marx já se desvincula da filosofia idealista de Hegel com o auxílio da concepção materialista de Feuerbach do ser sensível que existe no mundo através de seus sentidos, a razão e o pensar compõem assim os predicados do ser existente no real. Nesse caso Marx coloca de lado as análises idealistas da existência, ressaltando a ideia de que o que existe são os objetos e relações humanas concretas. O predicado do pensar para Marx não corresponde à produção da realidade concreta do ser, mas atua na sua reprodução ideal, subjetiva (SILVA, et al, 2014, p. 212).

Assim Marx começa a se afastar da filosofia idealista, e conseqüentemente tal processo de análise o faz se voltar às estruturas materiais concretas da sociedade. Ao admitir que a realidade não se concretiza através do pensamento do homem, Marx passa a se dedicar ao estudo da realidade propriamente dita. Realidade referenciada aqui como sendo a sociedade humana criada historicamente, que nesse caso o objeto analisado pelo estudioso corresponde à sociedade burguesa. Nesse caso temos que todos os processos advindos das ideias, os valores ou ações dos homens se encontram enraizados no modo de produção das relações materiais humanas (SILVA, et al, 2014, p. 214).

Ao adentrar em uma forma de análise própria Marx inicia uma nova forma de entender o homem e as relações sociais vistas aqui como relações historicamente criadas. O homem produz e reproduz as relações sociais que o cerca, essas relações são vistas como produtos materiais históricos construídos ao longo do tempo. A sociedade, em seus processos autoconstitutivos, levanta com ela as formas de pensar e produzir dos homens (SILVA, et al, 2014, p. 214).

Sabendo que o ser humano assim constrói seu mundo e as relações sociais históricas, incluídas aí suas representações subjetivas, ideais e ideológicas, entende-se que as representações filosóficas, científicas e religiosas partem do complexo socialmente criado pelos homens. E essas representações possuem um papel relacionado à sociedade que as engendram. Na maioria das vezes o pensar dos homens atua na reprodução ideal, subjetiva, da sociedade criada, nesse sentido essas representações podem compor esse papel (SILVA, et al, 2014, p. 214).

A trajetória de Marx corresponde como já foi dito a uma desvinculação com a filosofia idealista. No entanto no início de seus estudos pode-se observar uma influencia do pensamento de Hegel em suas obras. Porém nas décadas de 1840 Marx analisa mais a fundo a filosofia idealista de Hegel, e compreende que as representações idealistas não explicam a realidade concreta. As relações sociais e materiais dos homens não são criadas pelo pensamento, são produtos perpassados por múltiplos processos históricos criados pelos próprios homens. Essas relações sociais antes de existirem na mente humana, existem no real. São processos materiais precedentes e preponderantes em relação ao pensar, criados pelos homens e que os influenciam constantemente (SILVA, et al, 2014, p. 215).

Como obras de referências da trajetória da ruptura de Marx com a filosofia idealista temos os estudos realizados nos anos de 1840. Nessa linha existe a “Crítica da filosofia do direito de Hegel” escrita em 1843, bem como uma “Introdução” a esse trabalho escrita e publicada logo em seguida, no período em que também vem a público o artigo “Sobre a questão judaica”. Em 1844 temos os “Manuscritos econômicos filosóficos” e em 1846 “A ideologia alemã” (SILVA, et al, 2014, p. 216), dentre outros escritos.

Marx se encontra interessado na forma como se organiza a sociedade e as relações humanas reais. Interessado assim fica pelo caráter do Estado, que o autor passa a decifrar e a reconhecer cada vez mais ligado ao atendimento dos interesses de propriedade privada, ou seja, dos grandes proprietários de terras, das indústrias, em suma, do capital. É nesse sentido e itinerário que o autor irá buscar a compreensão das relações materiais de produção humanas (SILVA, et al, 2014, p. 216).

“A crítica da filosofia do direito de Hegel” compreende já a um trabalho de crítica à filosofia idealista. Marx aqui confronta e contesta Hegel em relação às análises idealistas da realidade. Hegel estabelece uma ideia de que o pensamento e as concepções originadas das ideias são agentes da história das relações humanas, são os produtores da realidade das coisas. A realidade aqui é fruto da consciência da mente humana, (SILVA, et al, 2014, p. 216).

Marx irá ressaltar que Hegel não atribui ao ser uma existência material-objetiva e, em decorrência, concreta. Nesse sentido o ser deve ser visto como objeto portador de qualidades, características, e particularidades que lhe são próprias. Essas particularidades e movimentos materiais o situam como um ser existente fora das ideias, pois são atributos e predicados que existem antes de serem pensados, ressaltando a existência material sensível do objeto e do sujeito. O homem existe assim na materialidade da realidade e não na mente. O pensamento passa a ser visto como uma das características específicas, distintivas, desse ser material e não demiurgo (o que põe) dos processos da realidade (SILVA, et al, 2014, p. 217).

Em decorrência da análise idealista de Hegel, o filósofo irá atribuir ao Estado uma existência idealizada. Para Hegel o Estado é fruto do pensar racional do ser humano, bem como todas as instituições políticas criadas. A razão como elemento que vem do mundo das ideias a fim de estabelecer ordenamento e compor um sistema de relações sociais humanas. Nesse sentido Hegel resalta ainda que todas as contradições e problemáticas da realidade poderiam ser resolvidas por esse ordenamento racional regido pelo Estado. Uma vez que a realidade social se compõe da razão originada do mundo das ideias, é possível então reconstituir essas ideias e resolver, desse modo, as contradições da realidade. Nesse linha Marx diz que as contradições para Hegel são tratadas por concepções que não correspondem a realidade propriamente dita, e por isso nunca poderiam ser solucionadas através de uma análise como esta, que se põe e se move no plano estrito da idealidade. Segundo Hegel o Estado iria compor os ordenamentos necessários para realização dos interesses de todos os homens na sociedade vigente, o que para Marx representa uma falácia, uma vez que o Estado representa interesses específicos de reprodução das contradições e problemáticas da sociedade em questão, a sociedade burguesa (SILVA, et al, 2014, p. 217).

Temos então fundamentos e vertentes de análise diferentes surgindo e se contrapondo nesse momento histórico. Para Hegel a realidade é fruto da razão absoluta, onde o ser e os processos e ordenamentos da sociedade são produto do pensamento. Por outro lado Marx defende que o ser em geral, bem como o homem, possui sua materialidade, sendo a razão somente um dos elementos que compõem os atributos que dão sustentação a essa materialidade humana. Nesse sentido o ser humano não se encontra nas ideias, mas se encontra nele mesmo em sua materialidade. Para sabermos quem é o homem basta analisar os atributos que o compõem, o ser não se encontra no pensamento. O mesmo ocorre com a realidade das relações sociais, as mesmas existem em si e são produtos desse ser material composto de atributos próprios. A realidade do homem assim jamais poderá ser produzida ou

posta pela mente que reproduz de forma ideal os elementos da sociedade (SILVA, et al, 2014, p. 218).

O Estado não é produto das ideias assim como pensava Hegel, mas possui sua materialidade própria, constitutiva. Nesse sentido o Estado não determina racionalmente a forma que se constitui a sociedade, as relações de ordenamento social, etc. Mas a forma com que se constituem as relações sociais vigentes que irão dizer como se constitui e comporta o Estado e todas as instituições políticas (SILVA, et al, 2014, p. 218).

Temos que nas elaborações de Marx e ao longo de seu desenvolvimento nos estudos encontramos que o caminho para explicar o homem e o mundo humano, social, objetivo e subjetivo, só pode tomar como ponto de partida e referência, como raiz, o próprio homem. A chave para todo o sistema social que podemos ver em nossa frente está no próprio homem, a chave para a compreensão de todas as problemáticas e avanços que podemos experimentar na sociedade está no próprio ser humano e nas relações sociais (SILVA, et al, 2014, p. 218).

Sabendo que o homem produz seu próprio mundo, observa-se aí que todas as categorias sociais, que assuntos como a política e a religião discutida em Hegel e em outros filósofos não podem ser tratados no mundo das ideias. Religião e política são esferas da sociedade criadas pelo homem, e só podem ser entendidos através das relações humanas produzidas historicamente (SILVA, et al, 2014, p. 218).

Visto isso, Marx ressalta que a crítica às insuficiências, incompreensões e problemáticas filosóficas presentes em Hegel e outros filósofos só podem ser verdadeiramente decifradas quando analisada em sua especificidade a forma da sociedade edificada pelos homens. E tratar de política, Estado e religião, nesse sentido, requer uma análise da estrutura desse sistema de produção e sociabilidade que requer tais elementos. Com o tempo Marx vai cada vez mais se dedicando aos estudos da sociedade burguesa, ressaltando o caráter explorador desse sistema que suga e expropria todas as forças sociais, toda vida do proletariado, que “desproduz” a vida humana na produção e na acumulação de mercadorias e de capital (SILVA, et al, 2014, p. 219).

Nos manuscritos econômicos filosóficos temos que Marx rompe mais fortemente com a filosofia idealista. Nessa obra o estudioso perpassa por elementos centrais da sociedade burguesa. Abordando a forma de realizar trabalho nessa sociedade, o sistema de propriedade privada, etc. Trata-se aqui de estudar a realidade da sociedade, o conhecimento aqui é produzido do mundo para a cabeça, de fora para dentro da mente. Estudando a real forma em que se compõem a sociedade burguesa é possível extrair os elementos ou determinações materiais dessa sociedade. Assim como Feuerbach, Marx parte do pressuposto do ser e da

realidade objetiva, avançando, contudo, sobre essas bases, para uma análise materialista da sociabilidade. Marx aqui analisa os fatos reais do sistema produtivo capitalista, onde tem-se a existência da produção de riqueza e “desprodução” do humano. Isso porque na sociedade burguesa observa-se na superfície da vida e das relações a ocorrência de produtores e produtos produzidos por esses produtores, numa relação de externalidade e hostilidade, onde o produto domina, tolhe e rege a vida do produtor. Nessas relações, o trabalhador dispende, desgasta, transfere e perde suas forças e vida para o produto (SILVA, et al, 2014, p. 220).

A expropriação dos produtos realizados pelos produtores ocorre pela existência das relações da propriedade privada na sociedade burguesa. Nesse sistema o produtor produz um mundo de riquezas que vão sendo apropriadas pelos proprietários do capital e das condições gerais da produção (SILVA, et al, 2014, p. 220).

O produtor (trabalhador) então existe nesse sistema através da negação de si mesmo. Para produzir o produto o produtor nega sua existência plena enquanto ser humano, degradando sua condição de vida, submetendo a situações degradadas de trabalho, desgastando força física, mental e se reproduzindo de forma miserável (SILVA, et al, 2014, p. 220).

Nesse sentido temos que o sistema de propriedade privada produz relações de produção desefetivadoras da vida humana, relações egoístas e perversas. O que se alastra para as instituições e as formas ideológicas voltadas à regulamentação das relações humanas como o Estado e religião (SILVA, et al, 2014, p. 220).

O entendimento de que a riqueza na sociedade burguesa advém da produção assentada no trabalho alienado, estranhado, onde o produtor não se apropria de seu produto nem rege as condições da produção, é algo muito importante para o reconhecimento das reais estruturas da sociedade da propriedade privada de produção. A riqueza não existe do nada ou é externa ao homem, antes, é produto da atividade e das relações sociais de produção. Nas relações de produção e troca, no mercado, os produtos são efetivados como riqueza aos seus proprietários privados, relações que desrealizam o verdadeiro produtor, o trabalhador (SILVA, et al, 2014, p. 221).

Visto isso, Marx com sua trajetória de elaborações e estudos mostra que as concepções filosóficas são na verdade reflexos ideais da realidade existente nas relações sociais historicamente criadas pelos homens. Na medida em que o homem na sociedade burguesa não rege efetivamente sua vida material e “espiritual”, antes é regido pelo mundo de objetos e relações mercantis, pelo mundo do capital, ele elabora subjetivamente esse mundo invertido,

sendo uma das formas ideológicas dessa elaboração invertida as representações religiosas. (SILVA, et al, 2014, p. 221).

Um fator interessante a ser ressaltado diz respeito à questão de que Marx enfatiza a necessidade de ultrapassagem desse sistema de relações de propriedade privada. E assim poder estabelecer relações que de fato influenciem e possibilitem a existência de ações e valores para a produção de um sistema que emancipe o ser humano de todas as degradações concebidas pela sociabilidade vigente. Uma vez que o sistema de desapropriação do produto produzido pelo produtor causa um estranhamento no homem, a superação das condições efetivas da sociedade da propriedade privada ocasiona a ultrapassagem desse estranhamento e reconhecimento do humano no ser (SILVA, et al, 2014, p. 221).

Marx assim ressalta que as entidades como o Estado moderno e também a religião são explicados e determinados por esses processos da sociedade da propriedade privada da produção. Sendo assim, ao contrário de Hegel que pensava que essas instituições se explicavam por elas mesmas, ou pelo produto do pensamento e da razão. Da mesma forma temos que as questões do estranhamento, alienação e miséria humanas são elementos que existem pela ocorrência da propriedade privada, e das relações de produção correspondentes. Nesse sentido só podem ser analisados no entendimento real dos processos dessa sociabilidade em questão. A produção de produtos, a desapropriação do produtor, a reprodução miserável do proletariado e a apropriação privada da riqueza material são processos que acontecem fora das ideais. São elementos que se dão independentes se um homem os pensa ou não, são estruturais de um sistema que se produz e reproduz ao longo da história. São existências concretas que para estudá-las não se pode cometer o luxo de idealizar relações que não existem de fato (SILVA, et al, 2014, p. 222).

Temos aqui o rompimento de Marx com a filosofia idealista e a contribuição desse estudioso na análise da materialidade histórica da sociedade e dos homens. Portanto, ao mesmo tempo, evidencia-se que o autor começa a percorrer caminhos próprios também no campo da crítica da economia política. Dessa forma entender e analisar a religião só se torna uma tarefa efetiva e baseada na realidade dos fatos do se realizada segundo esses pressupostos e esse método. Conceber a religião como entidade espiritual do mundo dos pensamentos não corresponde a um caminho suficiente. Nesse sentido Feuerbach coloca um distanciamento da realidade concreta em suas análises da religião, pois não as representa vinculadas ao contexto das relações sociais de produção, perpassadas pela propriedade privada (sociabilidade burguesa).

A ruptura de Marx com a filosofia idealista perpassa variadas discussões, uma delas diz respeito à concepção de que o homem constrói suas próprias relações sociais, sendo um sujeito ativo na história. A forma como o homem cria o sistema de produção social irá influenciar a forma com que esse homem existe no mundo, objetiva e subjetivamente. As relações sociais pautadas na propriedade privada, por exemplo, reproduzem seres egoístas pela posse, sem empatia com o humano, seres miseráveis em valores humanos, miseráveis em relação às condições materiais e “espirituais” de vida (SILVA, et al, 2014, p. 223).

Nos anos e nas décadas seguintes, aprofundando os estudos sobre a sociedade burguesa, Marx ressalta fortemente que o ser humano é constituído de historicidade, onde aborda a passagem do homem por seu tempo histórico ao longo de sua existência no mundo. Nessa perspectiva Marx aborda as diferentes formas de relações sociais ou modos de produção humana na história como o escravismo, feudalismo e capitalismo. Mas a abordagem dessas relações se dá de forma diferente dos idealistas, uma vez que ressalta seus estudos das sociedades através da materialidade do homem e da sociedade em questão. Marx busca abordar o homem em sua objetividade própria na existência, seus atributos específicos que o colocam no mundo real como materialidade. Dessa forma os estudos das sociedades ao longo da história não perpassam por fatos isolados ou produtos idealizados na mente como histórias ou lendas (SILVA, et al, 2014, p. 223).

Como visto acima, no que diz respeito à ideia das representações ideais no pensamento Hegel diz que tal ocorrência perpassa pela ideia de que o pensar produz a realidade, o pensar é e põe a realidade propriamente dita. Marx ressalta que na verdade as representações ideais estão totalmente ligadas com a forma com que a sociedade é formada e se reproduz. O modo com que se conforma o sistema social de produção dos homens irá dizer quais e como serão as representações ideais, históricas, no pensamento (SILVA, et al, 2014, p. 224).

A desvinculação e ultrapassagem de Marx com a filosofia clássica, no entanto, teve bastante influência das ideias materialistas de Feuerbach. Feuerbach, como já dito nesse estudo, produz uma análise que busca ir contra a perspectiva idealista de Hegel na busca pela materialidade do ser sensível. As ideias de Feuerbach representaram uma grande novidade em uma época em que a filosofia idealista ganhava hegemonia. Mesmo sabendo dos limites na falta da concepção histórica e do fechamento desse pensador para a investigação das relações sociais de produção, Marx reconhece os méritos da filosofia feuerbachiana em confrontar a filosofia idealista de Hegel em seus fundamentos, muitas vezes o elogiando em suas obras (SILVA, et al, 2014, p. 224).

É inegável, portanto, que existe certa influência de Feuerbach em Marx. Principalmente na ideia de que o ser se identifica à objetividade, e que o pensar não produz a realidade, mas o pensar é um atributo do ser sensível material. Porém, Marx não representa um feuerbachiano como sustentado por alguns. Como já discutido nesse estudo, Marx possui uma linha própria de pensamento. Feuerbach reconhece o ser sensível e material por seus predicados sensíveis como também já discutido nesse texto. No entanto Marx perpassa por uma análise da materialidade da produção e reprodução da sociabilidade humana, da vida histórica e ativa do ser humano. Feuerbach não discute os processos da sociedade como Estado e conformação da propriedade privada, essa tarefa foi desenvolvida por Marx. As análises da sociedade em sua materialidade em Marx dão base fecunda para o entendimento real das instituições com o Estado e religião. Nesse sentido assim como os produtos do pensamento são conformados pela forma que se dá a materialidade dos processos da sociedade, o mesmo ocorre com as instituições em questão (SILVA, et al, 2014, p. 225).

Marx em suas obras aborda a concepção do ser material sensível, porém ativo para com os processos sociais. Isso implica como já dito anteriormente na ideia de que o homem produz seu próprio mundo, as relações de propriedade privada já ressaltadas aqui são então produtos da ação humana. O homem cria a forma como existe o modo de produção social não pela mente como sustenta Hegel, mas pela atividade material historicamente criada. Feuerbach não possui tais análises, e ressalta o ser sensível descolado da capacidade da atividade social historicamente criada (SILVA, et al, 2014, p. 225).

Vemos já a originalidade de pensamento de Marx em relação à Feuerbach nos “Manuscritos econômicos filosóficos”. Onde são abordadas, como sinalizado acima, concepções como propriedade privada, trabalho alienado, produto e produtor, etc. Concepções que dizem respeito à sociedade criada pelos homens, são elementos práticos da materialidade da sociedade burguesa. São fatos criados pelas relações humanas ao longo da história (SILVA, et al, 2014, p. 225).

A abordagem original de Marx nos dá base para ressaltar que a religião é criada pelos processos de relações sociais humanas, ou seja, criada pelo homem como uma instituição. Essa instituição possui uma função, pois não está descolada do modo de produção social. Assim como a propriedade privada possui sua funcionalidade de apropriação e alienação do produto do trabalho, a religião realiza sua funcionalidade nessa sociabilidade, consagrando subjetivamente, idealmente, nas representações religiosas, a inversão real, prática, onde o homem aparece como efetivamente é, um ser dominado e subjugado por forças objetivas, externas, estranhas (SILVA, et al, 2014, p. 225).

## 2.1. Estado e religião

A partir das aquisições precedentes, faremos agora a discussão de alguns aspectos da obra “Sobre a questão judaica”, publicada em Paris na primavera de 1844, nos Anais Franco-alemães, e que representa, junto com os trabalhos críticos voltados contra a filosofia idealista de Hegel, uma mudança radical do pensamento de Marx, onde um dos pontos de originalidade consiste no redimensionamento da compreensão da natureza e do papel do estado na sociedade burguesa (MARX, 2010).

Voltando a “Sobre a questão judaica” temos que estão sendo discutidas e criticadas nessa obra as teses defendidas por Bruno Bauer no livro “A questão judaica”, acerca das relações dos judeus e dos homens com a religião, dos direitos de cidadania, da emancipação política e do caráter do Estado. A restrita liberdade política dos judeus na Alemanha fazia com que os mesmos permanecessem na época totalmente inferiores aos católicos ou qualquer outro cidadão em questão de direitos. Marx aqui faz crítica a Bruno Bauer que em sua obra ressalta que os judeus só irão conseguir a liberdade política se emancipando politicamente da religião e lutando por um Estado laico.

Com a emancipação política o ser humano não trata mais a religião no campo das relações públicas, no entanto leva a religião para o seu mundo particular. Nesse sentido temos que a religião é parte estrutural da sociedade burguesa, e tem seu papel fundamental nessa sociedade de interesses privados e contraditórios. Nesse caso a emancipação aqui tratada garante somente a liberdade das coisas, coisas essas totalmente envenenadas de interesses privados, particulares, contrapostos, na sociedade civil, burguesa. Logo vemos aqui a liberdade de possuir propriedade, de poder trabalhar para qualquer patrão e ainda liberdade de escolher qualquer religião. Enquanto isso a verdadeira e efetiva emancipação é deixada de lado (MARX, 2010, p. 23).

Marx ressalta que nos Estados em que haviam conseguido o cenário que Bauer defende em suas análises, ou seja, o cenário de separação de religião e Estado, a religião não havia desaparecido das relações sociais. Isso implica que a religião não é o verdadeiro problema da “questão judaica”, muito menos o obstáculo primário e fundamental para uma sociedade igualitária e sem exploração. A religião é fruto das relações historicamente criadas e consiste em uma instituição necessária à manutenção da sociedade vigente. Nesse sentido ela sempre estará presente no interior das sociedades contraditórias. Do mesmo modo que sua separação do Estado não muda os interesses políticos do Estado. Realizando um Estado laico

o que se alcança é no máximo mais um pilar da emancipação política. Os judeus, nas circunstâncias da emancipação política, têm a liberdade de exercer sua religião, no entanto continuam a permanecer no contexto das contradições, limites e estranhamentos da sociedade burguesa (MARX, 2010, p. 24).

Temos aqui já fortes indícios de elementos de crítica à insuficiência de Feuerbach no que diz respeito à religião, no sentido de que a religião está totalmente vinculada às relações sociais de produção que o homem engendra. Diz respeito a relações bem mais amplas que uma simples transferência de predicados humanos ao divino. O que Marx começa a fazer em “Sobre a questão judaica” é mostrar as determinações da sociedade em que está presente a religião. E como tudo está interligado por relações complexas e nada está separado, temos que a religião está presente por algum motivo concreto. Marx ressalta que desvendar a realidade concreta das relações humanas corresponde à raiz dos problemas que carecem da necessidade de um apelo a um Deus que resolva essas questões. Mais adiante essa crítica se tornará bem mais sólida. Por agora voltaremos às elaborações de Marx (MARX, 2010, p. 31).

Realizamos até aqui a apresentação de alguns pontos da obra “Sobre a questão judaica”, agora, no entanto se pretende adentrar mais fortemente nessa obra.

A obra começa com a reflexão sobre os judeus e o desejo de que o Estado alemão reconheça o direito dos judeus de serem judeus. Nessa crítica apresenta-se Bruno Bauer com suas análises sobre a emancipação dos judeus. Segundo Bauer os judeus só podem se emancipar se o Estado alemão deixar de ser cristão, ou seja, um Estado laico representa a emancipação dos homens na sociedade burguesa. Bauer critica assim o egoísmo dos judeus em desejar o direito de serem judeus na sociedade burguesa sem se preocuparem com a emancipação de todos os homens da religião cristã. Logo, de acordo com Bauer, defender um Estado laico é a saída, em contradição em defender um Estado cristão ou judaico. Segundo Bauer, enquanto o Estado for cristão e o judeu for judaico a emancipação nunca poderá ocorrer. No entanto temos que essa crítica é falaciosa, isso porque lutar pelo fim da religião no Estado não exclui a existência da religião e de seus interesses. Essa liberdade de um Estado laico corresponde a um direito dentro do sistema social vigente, que somente deixa para os homens a liberdade de poderem exercer a religião que quiserem. Isso faz com que se mantenha inalterado o sistema social como é, se mantém ainda uma religião que é funcional para controlar os homens frente a todas as mazelas que a sociedade reproduz. Discutiremos futuramente mais a fundo que a religião, dentre muitos outros fatores, sustenta sua importância ao consolar o homem frente aos problemas que a sociedade coloca a ele próprio,

uma vez que a pobreza é fruto da acumulação de riqueza no capitalismo, por exemplo. (MARX, 2010, p. 33).

A obra “Sobre a questão judaica” segue se referindo ao caráter do Estado. Segundo Bauer o Estado cristão representa um entrave no progresso do homem, precisa-se assim ser laico. Ele defende que não está em jogo somente o direito do judeu possuir as mesmas condições que o cristão, está em jogo a ideia de que a religião dentro do Estado impõe interesses divergentes da emancipação. Logo temos que da mesma forma que o judeu não corresponde a um sujeito emancipado por ser judeu, o mesmo não se emancipará também se recorrer ao Estado cristão. Para Bauer o que está em jogo na problemática do judeu é o antagonismo entre as religiões, e isso faz com que o sujeito permaneça sem direitos. Pelo fato do Estado possuir interesses religiosos a liberdade dos indivíduos torna-se limitada e impregnada de tensões. (MARX, 2010, p. 34).

Visto isso, para Bauer a questão do judeu com o Estado cristão da Alemanha é algo bem mais complexo que somente a necessidade de emancipação de direitos para o judeu (emancipação política). Corresponde assim a algo que vai além disso, pois a questão aqui é que o Estado de caráter cristão, ou religioso, coloca entraves à emancipação dos sujeitos. Nesse sentido o Estado então deve ser desvinculado desse caráter não somente na Alemanha, mas em todos os sistemas sociais do mundo. (MARX, 2010, p. 35).

O que estamos realizando nesse momento do estudo diz respeito, pois, à análise da realidade material da sociedade burguesa como um período histórico do homem. Nesse sentido o que está sendo discutido nesse momento são as instituições Estado (mais especificamente) e religião nessa sociedade. Bauer realiza sua crítica ao Estado, no entanto não percebe que está se voltando somente à questão da religião dentro dessa instituição. Bauer não está discutindo o Estado de fato, o mesmo não faz a crítica do porquê esse Estado existe e para quê está atuando. A crítica aqui se atém somente à contradição entre religião e política. É por isso que a crítica de Bauer deixa de valer quando em um país a religião e Estado já não estão mais vinculados. O que está em jogo não é o Estado em si, mas sim a questão religiosa (MARX, 2010, p. 36).

Outro fator a se destacar é que o Estado nos marcos da sociedade burguesa só adquire sua existência plena quando o mesmo não se encontra vinculado à religião. Assim a propriedade privada está livre de qualquer caráter religioso, e pronta para ser atribuída àqueles que possuem recursos para comprarem os meios de produção (maquinaria, insumos, estabelecimento, etc.) para obterem sua propriedade. A propriedade é para aqueles que possuem os recursos para tal, e será utilizada para obter lucro e girar o mercado. A religião

assim não coloca nenhum entrave à propriedade, como era de se esperar no feudalismo, por exemplo. (MARX, 2010, p. 40).

No entanto é importante ressaltar que a emancipação política do Estado da religião constitui um avanço interessante para a sociedade, na medida em que o Estado deixa de possuir caráter moral espiritualista e passa a agir mais próximo da realidade concreta dos sujeitos. Os direitos agora passam a ser vistos de forma mais democrática, e não moralizante no sentido de exclusão de sujeitos devido a sua religião diferenciada. (MARX, 2010, p. 44).

Bauer resalta em suas teses que para o judeu adquirir os direitos do cidadão através do Estado democrático, deve antes deixar de lado os elementos do judaísmo. E assim integrar ao Estado como cidadão e não como judeu. O Estado, por sua vez, deve compreender a cidadãos e não cristãos ou judeus. Assim têm-se os direitos do cidadão. No entanto quem é esse cidadão? Bauer não faz essa crítica quando deixa de analisar a estrutura da sociedade burguesa. O cidadão é o indivíduo que vive dentro das regras dessa sociedade portador de direitos burgueses. Esses direitos existem para manter essa sociedade em funcionamento, são as regras que auxiliam a ordenar a transição do feudalismo para o capitalismo na revolução francesa. Nesse sentido o direito à liberdade dos homens é visto na ideia de que todas os homens são livres para fazerem o que querem sem que prejudiquem o próximo. Assim, por exemplo, a posse de terras se estabelece até onde for o terreno do vizinho, sendo assim invadir o terreno do outro é invadir sua liberdade. Temos a liberdade, portanto como um direito assegurado pela propriedade privada, sendo que somente quem possui capital necessário pode adquirir posses. E levando em conta que a concentração de riqueza nas relações de produção da sociedade burguesa por um lado gera uma pobreza extrema de outro, temos que a maioria dos cidadãos não são livres. Além disso, o direito à propriedade privada estabelece que o sujeito possa desfrutar do que possui sem levar em consideração o uso do terreno e das posses em geral para o público. Logo esse direito é de caráter individual, assim como todo o ideal burguês, onde a distribuição de recursos é algo inacessível. (MARX, 2010, p. 49).

O que podemos ressaltar ainda da emancipação política é que ela foi essencial para que a burguesia realizasse a revolução na passagem do feudalismo para o capitalismo. Uma vez que a emancipação política colocou o poder ao Estado, onde todos os cidadãos adquiriram liberdade das amarras do todo poderoso Rei do sistema feudal. No entanto essa liberdade permanece em certo requisito, uma vez que ela se estabelece dentro dos padrões burgueses seletivos e restritivos. Nesse sentido o sujeito na transição do feudalismo ao capitalismo não é livre da religião, mas adquire a liberdade para escolher qualquer religião a seguir. O sujeito

ainda não é livre da propriedade privada de terras, mas adquire a liberdade (porém restrita aos que podem pagar) a possuir terras (MARX, 2010, p. 53).

Temos ainda um fator interessante em relação ao judeu no que diz respeito a sua existência prática, uma vez que o mesmo existe dentro da sociedade burguesa. Nesse caso dentro do capitalismo temos a ocorrência do judaísmo, o mais interessante é que no sistema capitalista podemos encontrar os valores do judeu. Uma vez que os fundamentos do judaísmo estão no individualismo e interesse próprio, privado, sendo esses elementos também elementos essenciais da sociedade burguesa. Desse modo a emancipação do judaísmo é um passo que só é possível na medida em que avança contra os fundamentos e valores da sociedade capitalista. O judeu não possui seus direitos correspondidos devido ao caráter egoísta que atravessa as relações da sociedade burguesa, dessa forma, o judeu só poderá ser realmente livre e gozar de condições igualitárias a todos os outros sujeitos somente quando se superar o sistema das relações burguesas de produção e reprodução social. Superando assim consequentemente as amarras do judaísmo (MARX, 2010, p. 60).

Temos aqui o fato de que a religião e a necessidade prática e socialmente construída do homem estão totalmente ligadas. Nesse sentido temos que a sociedade que o homem constrói possui inclusive a religião e os elementos divinos. Esses elementos não advêm da transferência dos predicados humanos a um Deus como diz Feuerbach, mas a existência da religião ocorre pela existência de sua necessidade socialmente criada. A sociedade necessita da religião, vimos isso quando tratamos do caráter cristão do Estado Alemão. Um Estado de interesse cristão não existe por mera coincidência, mas porque é funcional à sociedade em questão. Como visto até aqui, a sociedade capitalista se beneficia tanto do cristianismo como dos valores do judaísmo. Vimos também que a existência de um Estado laico não diz respeito à inexistência da religião nas relações humanas, isso porque o divino possui um papel extremamente necessário para a burguesia. Logo a religião não pode simplesmente deixar de ser influente somente por ser desvinculada do Estado, nesse sentido seus interesses permanecem sempre nas entranhas da sociedade.

O momento histórico da década de 1840 na Alemanha diz respeito a esses eventos do Estado cristão e à “questão judaica” como descritos acima. Nesse período Bauer tenta mostrar a ideia de introduzir a razão no Estado alemão. No entanto como já discutido Bauer nunca trabalhará nessa perspectiva a ideia de emancipação humana, muito menos emancipação do judeu para além de emancipação política. A ideia de emancipação ampla discutida por Marx implica o poder de libertar o homem de qualquer instituição burguesa existente, seja religião ou Estado. Nesse sentido temos que com o proletariado como protagonista da revolução social

junto à sua apropriação do pensamento crítico (ou de uma filosofia crítica) na luta contra a burguesia, viabiliza-se a existência de uma futura sociedade, fundada em bases distintas às da sociedade burguesa. Porém Marx ressalta que não se pode discorrer desse futuro no momento presente, pois ainda não corresponde a uma existência concreta. Caso contrário estaríamos caindo na filosofia especulativa (MARX, 2010, p. 83).

O objetivo aqui para Marx é tratar a ideia da questão do judeu como uma questão prática advinda das problemáticas da sociedade burguesa, egoísta e privatista. Não objetiva-se, portanto, o horizonte de entendimento da “questão judaica” como um evento de caráter espiritual ou meramente religioso. Não diz respeito a um desentendimento entre valores religiosos, ou desvinculação do Estado da religião. Mas sim de problemáticas de direitos e deveres que nunca irão libertar qualquer judeu de sua condição de inferioridade numa situação social específica (MARX, 2010, p. 84).

No entanto temos que ressaltar que Marx não é indiferente à emancipação política. Marx na verdade discute que a emancipação política avança ideal (subjéctiva) e praticamente (objetivamente) os processos mediante os quais os homens vão tomando as rédeas do mundo, da natureza e das próprias relações e instituições socialmente constituídas (MARX, 2010, p. 87).

Por outro lado, é a dissolução dos fundamentos materiais da sociedade burguesa, a superação das relações da propriedade privada e a restituição das forças sociais alienadas que pode abrir um novo patamar de realização e de emancipação humana real, efetiva. Consequentemente, tal processo afeta todas as instituições e formas filhas dos interesses da vida burguesa, do Estado, as instituições que se impregnaram de burguesia e existem para manter o status quo. Dentre essas instituições ressaltamos a religião, que assim deixaria de existir como de fato é (ferramenta de refúgio do homem explorado e desiludido, de minimização da pobreza, etc.) (MARX, 2010, p. 88).

Voltando à problemática do judeu temos que como já discutido anteriormente o mesmo possui total relação com uma peça fundamental da engrenagem da sociedade burguesa, sendo essa o dinheiro. Temos aqui que o judaísmo objetiva a necessidade do lucro do indivíduo, além disso, prioriza as relações que envolvem o dinheiro como a troca e o empréstimo. Nesse sentido temos que o judaísmo possui como Deus verdadeiro o dinheiro. Temos ainda que o judeu se estabeleceu como um elemento necessário na circulação financeira do capitalismo que começou a surgir. O judeu se estabelece no capitalismo como um comerciante parasitário, onde se beneficia dos produtores ao comprar barato e revender seus produtos mais caro. E mais adiante temos que o capitalismo se expressa totalmente

nesses ideais de relações egoístas de mercado. E nesse sentido o Deus dos judeus se estabelece em todas as relações sociais mundanas. O homem se torna um escravo do dinheiro, onde todas as suas relações são então ministradas pelo uso dessa mercadoria de troca. O dinheiro agora se torna uma das peças fundamentais da sociedade, e das relações sociais. Nesse sentido vemos que mais uma vez que a religião e as relações sociais criadas possuem total ligação. Ainda nessa linha temos que o capitalismo se torna o espírito judaico mundanizado e moderno (MARX, 2010, p. 95-99). A religião aqui é vista como a forma do homem estabelecer suas relações com o mundo e consigo mesmo, a aproximação entre relações econômicas e judaísmo é um fator comprovador de que valores religiosos são de extrema importância às relações sociais vigentes. A religião existe por uma necessidade prática, não se pode atribuir um caráter simplesmente de essência humana à religião na transferência das características do homem ao divino. Feuerbach permanece assim fora do contexto das relações sociais historicamente criadas pelo homem, e nesse sentido não consegue realizar a análise da religião como necessidade prática que é. No entanto nas obras de Marx é possível identificar elementos que contribuem para alcançarmos essa concepção da existência da religião. E com isso desmistificar os conceitos de Feuerbach, porém sem deixar de valorizar as provocações e tensões desse filósofo materialista antropológico. A ideia aqui é identificar onde existem os limites, equívocos e insuficiência das elaborações de Feuerbach sobre a religião, e discutir essas elaborações a partir das análises levantadas e desenvolvidas por Marx.

Sobre a questão materialista dos judeus podemos ressaltar que não correspondem uma raça inferior, ou uma classe desfavorecida em relação aos cristãos e cidadãos em geral. Na verdade os judeus assim como qualquer sujeito estão situados em meio a um processo histórico das relações humanas. Isso quer dizer que o modo como o homem se relaciona com a natureza e consigo mesmo produzem uma determinada sociabilidade que é criada ao longo da história, não sendo a mesma eterna. Nesse caso os judeus se situam entre duas formações criadas pelo homem, sendo elas o chamado “Antigo Regime” e o capitalismo. O judeu tanto existiu e exerceu sua influência nos marcos do feudalismo, quanto permaneceu ainda influente nas relações do capitalismo (MARX, 2010, p. 107). Logo compreende a um sujeito e uma cultura que compõem a sociedade que o cerca e é influenciado pela mesma.

Pode-se afirmar que o que ocorre com o judeu é que ao se situar em meio às relações de classe da sociedade moderna irá obrigatoriamente compor a classe menos favorecida (operário/trabalhador), devido às leis de condicionamento de classes (discutiremos isso mais adiante). Ocorre ainda que o judeu passa por uma espécie de transição entre feudalismo e

capitalismo. Nesse sentido no antigo regime possuía seus valores existentes em um pedestal baseado pelas regras religiosas, em contradição a isso temos sua condição em alguns Estados da sociedade capitalista de pouca possibilidade em expressar na política estatal das relações sociais (MARX, 2010, p. 107).

O discutido até aqui em relação aos judeus demonstra que o homem é na verdade fruto das relações históricas que ele mesmo cria, ou seja, existe dentro de um complexo social que o mesmo criou e é influenciado por ele. Nesse caso o judeu e sua religião são obrigados a se adaptarem ao capitalismo. Ao mesmo tempo o judeu como homem imerso nas relações sociais historicamente criadas luta para adequar suas referências e interesses materiais e culturais no interior dessas relações dominantes, donde busca, por exemplo, criticar os interesses de um Estado cristão. Tal fato se traduz em luta e indignação, mesmo que tal eventualidade não ultrapasse, no fundo, os moldes de organização da vida burguesa.

Ocorre ainda que esse evento representa a prova de que o ser sensível que Feurbach analisa somente como sujeito de relações de experimentações com o mundo natural é muito mais, pois está existindo em um contexto de relações socialmente criadas. Antecipando o que será desenvolvido nos passos subseqüentes, vale destacar que essas relações históricas vêm de um modo de produção e reprodução específico, que no capitalismo condicionam o sistema produtivo em classes sociais antagônicas, sendo ainda que as instituições que compõem partes estruturantes do todo irão trabalhar para manter essa forma de produção e reprodução. Nesse caso é obvio que a religião como instituição que é será apropriada pelo capitalismo a fim de reproduzir tal sociedade. Logo valores religiosos são fortemente utilizados e influenciados de acordo com os interesses da burguesia (MARX, 2010).

## **2.2. A insuficiência de Feuerbach à luz das críticas de Engels**

Voltando a Feuerbach, e acompanhando, neste tópico, a análise crítica que Engels faz do autor de “A essência do cristianismo”, temos que ao vincular a religião como necessidade humana, o mesmo chega a afirmar que a história das sociedades humanas se diferencia pela forma como se dão as religiões. Trata-se aqui de um idealismo, pois nega a verdadeira realidade. Veremos mais adiante que a diferença dos períodos da história da humanidade não está vinculada à religião, mas ao modo de produção vigente. Além disso, a burguesia ao realizar a revolução francesa não se atreve em mudar a religião que existia anteriormente.

Pelo contrario, a religião do sistema feudal dos reinados permanece ainda como a religião vigente cristã no capitalismo (ENGELS, 2018. p. 13).

É importante ressaltar também a problemática de Feuerbach ao tratar do homem como ser concreto. Temos aqui a evidência de limites e insuficiências enormes do pensamento de Feuerbach, mesmo quando se compara suas elaborações materialistas com as formulações idealistas da filosofia de Hegel. Isso porque Hegel reconhece, mesmo que de forma ideal abstrata, alguns dos elementos que estão presentes nas relações sociais que engendram o homem. Hegel não aborda esses elementos de forma a considerar a existência material, autossustentada, do ser fora do pensamento, no entanto fala sobre ética e moral, e também da organização política. Feuerbach aborda questões interessantes ao colocar o homem como ser real e existente fora do pensamento, porém esquece que esse homem existe em meio a relações sociais que existem também na realidade. Essa sociedade é construída historicamente pelo próprio homem e é tão material como ele mesmo. Nesse sentido a religião faz parte dessa sociedade como forma dos homens se relacionarem com a natureza e com o próprio homem. Feuerbach não consegue capturar esses elementos em suas obras, pois o homem em Feuerbach é um ser que vive fora da historia das relações sociais historicamente criadas. O homem e tudo que ele criou é fruto de suas experimentações com a natureza, é um mundo de experiências, mas não um mundo de historicidade (ENGELS, 2018, p. 15).

Feuerbach então considera a materialidade do homem em sua relação com a natureza. Entende assim as experimentações que o ser humano vivencia com o mundo natural, no entanto Feuerbach esquece que o homem também possui relação dialética com a sociedade, e que esta também compreende a um mundo de interações sociais historicamente criadas. Esse corresponde a um dos elementos idealistas em Feuerbach junto à ideia de que o pensador não objetivava acabar com o conceito divino idealista dentro da religião em suas criticas, mas sim reconstruir alguns conceitos e ampliar o sentido do divino como divino dessacralizado, humanizado. Quando Feuerbach diz que o sentimento da religião é o amor e que o homem encontra a si mesmo no divino, o filósofo reivindica a recuperação e a retomada dos predicados humanos alienados para a religião, o retorno dessas formas à sua morada genuína, o humano-sensível (ENGELS, 2018, p. 11-12).

Em Feuerbach temos ainda que o homem dirige suas relações pelo sentimento, logo ao dizer sobre moral ou regras nas relações sociais o pensador é idealista. Isso porque Feuerbach resalta que o homem para estabelecer um convívio saudável e de respeito ao próximo, ele deve antes entender e planejar as consequências de seus atos impulsionados pelos seus sentimentos. Com isso o homem deixaria de interferir na felicidade do próximo, se agisse com

o sentimento da razão. No mesmo sentido, temos que Feuerbach alega também que o amor é o sentimento que estabelece a união das relações humanas e a razão estabelece assim o bom convívio saudável. Ocorre aqui mais uma elaboração extremamente problemática de Feuerbach, pois essa forma de análise não compreende validação a todas as circunstâncias sócio-materiais e histórico-concretas da humanidade. Quando analisamos a prática do sistema social vigente temos que, por exemplo, um escravo nunca possuiu os mesmos direitos que seu senhor. Ou ainda um trabalhador assalariado não possui a mesma liberdade de ir e vir que um empresário milionário. Em casos como esses a ideia de respeito à felicidade dos outros de Feuerbach se mostra sem valor (ENGELS, 2018, p. 15).

No entanto temos que a ideia de Feuerbach para uma moral social vale para o capitalismo se vista do ponto de vista da burguesia e da realização dos interesses privados. A vontade de garantir a felicidade ao investir no mercado é o puro direito da felicidade dos homens como indivíduos burgueses, movidos pelos interesses privados. Pois ao planejar os recursos e procedimentos de investimento o homem estará garantindo elementos positivos em seu capital. E ao se relacionar no mercado de forma planejada estará ainda estabelecendo o respeito do direito a felicidade do próximo de ser livre no mercado, como indivíduo burguês. (ENGELS, 2018, p. 16).

A ideia de amor como a salvação do mundo também corresponde às abstrações feuerbachianas, que não dão conta das contradições sócio-materiais reais que atravessam determinada formação social, como a burguesa. Na medida em que a estrutura social de classes coloca condições diferentes para os sujeitos que compõem essas classes produzirem e reproduzirem sua vida material e subjetiva, seus sentimentos e afetos etc (ENGELS, 2018, p. 16).

Visto isso, temos que Feuerbach, não obstante a importância de reivindicar uma filosofia de caráter materialista, contraposta às diversas variações do idealismo filosófico, teológico, religioso, entende o homem no âmbito de uma materialidade restrita. Ou seja, não percebe o homem em meio à sociedade que o cerca, não diz nada sobre a relação do ser humano com essa sociedade como materialidade social. E por não conseguir adentrar tal análise, não percebe também a historicidade do homem em meio a sua relação com a natureza. No entanto vimos que Marx quebra com essa abstração do homem sensível, dando ainda mais materialidade ao mesmo quando, além de reconhecer a historicidade e a materialidade dos processos sociais reconhece também, como veremos nos passos subsequentes, que a objetividade sensível é, no mundo dos homens, produto da atividade sensível dos homens (ENGELS, 2018, p. 17).

### 2.3. A realidade que engendra as presentes relações religiosas

De acordo com as teses de Marx num outro texto publicado nos já citados Anais franco-alemães, de 1844, intitulado “Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução”, temos em relação à crítica a ideia base de que o homem faz a religião, em contradição à ideia de que a religião faz o homem. Temos ainda que esse homem não está desvinculado da sociedade, pois o mesmo a compõe e a criou. E nesse sentido o homem é, conforme expõe Marx, o Estado, é a religião e todo o complexo social que o mesmo cria. Temos assim que a sociedade cria a religião como uma forma de entendimento do mundo. Esse entendimento do mundo é um entendimento idealista, sobretudo espiritualista. Como se não bastasse a religião é criada como uma instituição moralista que auxilia assim no regramento social dos homens. Tudo isso sobre os interesses de manutenção do capitalismo, que nesse sentido atua ainda na consolação do homem frente às problemáticas que esse sistema social cria (MARX, 2010, p. 145).

Também aqui a crítica da religião é muito mais que somente a consciência de que a mesma se constitui pela transferência de predicados como sustentado por Feuerbach. A crítica da religião é entender que além de saber que essa instituição é historicamente criada pelo homem, ela também existe para viabilizar um mundo de idealismos e ilusões. Isso é muito importante no sentido de que ajuda na camuflagem das problemáticas do capitalismo, nesse sentido abandonar a religião como tal é um passo rumo ao abandono dessa realidade ilusória. (MARX, 2010, p. 145).

Nesse sentido criticar a religião não diz respeito ao entendimento de que o divino é a transferência dos predicados do homem a um Deus, mas compreende o entendimento de que o homem não deve mais se estabelecer em um mundo imaginário. A razão deve prevalecer para que se enxergue a materialidade real das determinações estruturais da sociedade capitalista, e só assim pode-se enxergar de onde vem a fome, a miséria, desemprego, etc., (MARX, 2010, p. 146).

Temos que na Alemanha nas décadas de 1840-1850 encontra-se a questão da crítica religiosa e do Estado muito fortemente marcada, onde filósofos, muitos deles alinhados às ideias hegelianas, procuravam refutar a condição alemã. No entanto temos que a Alemanha é criticada por esses filósofos de forma idealista, sem se atentarem às determinações materiais historicamente criadas pela sociedade. Nesse sentido qualquer crítica feita é meramente ideal, e não corresponde ao que de fato é a realidade. A crítica à religião nesse caso é totalmente

fundada de idealismo. É uma análise dentro das ideias do homem, dentro do mundo do pensamento. Para que exista uma crítica real é preciso que exista uma análise que percorra o fluxo que vai da realidade para o pensamento, entendendo assim que a religião compõem uma sociedade de interesses materiais, de classe, historicamente criada. (MARX, 2010, p. 152).

A Alemanha nesse tempo busca em seu contexto a emancipação política, onde variados eventos ocorrem no período. Temos aí, a questão da contradição acima analisada entre Estado cristão e os judeus, por exemplo, onde por ser judeu o sujeito não era equiparado em direitos em relação a um cidadão cristão. Além disso, busca-se na Alemanha uma tentativa de se equiparar a nação ao nível de desenvolvimento material das nações mais desenvolvidas que a mesma na época. Nesse sentido para se libertar de suas amarras que a prendiam, a Alemanha necessitava contestar as instituições dominantes e retrógradas de uma sociedade fortemente ligada a elementos feudais de produção e reprodução social. Nesse caso o Estado prussiano e a religião correspondente foram fortemente criticados, porém como vimos constitui uma crítica fora das determinações históricas da sociedade que engendram os interesses materiais reais e de classe nessas instituições. Logo qualquer crítica nesse sentido recorre a um horizonte de manutenção das condições materiais anacrônicas alemãs em relação às nações desenvolvidas, nas particularidades que o nascente capitalismo impõe à Alemanha, e na manutenção, assim, do Estado e da religião como são sem que haja efetivamente o real entendimento teórico e prático dessas instituições (Porque existem? A quem atendem? Quais os interesses? etc.) (MARX, 2010).

A crítica que a maioria dos pensadores realiza na década de 1840 no contexto da Alemanha é uma crítica que não refuta as bases materiais da sociedade (no alvorecer capitalista), como dito anteriormente. No mesmo sentido temos que a emancipação que a Alemanha almeja é na verdade uma emancipação política, que mantém as engrenagens da sociedade burguesa funcionando normalmente. Uma emancipação de todas as opressões que condicionam os sujeitos em situação de inferioridade requer o fim das situações sociais, materiais, reais, que engendram as opressões, inclusive aquelas que se expressam subjetiva e espiritualmente. No entanto o contexto das análises dos pensadores e dos interesses de emancipação dos alemães buscam melhorar as condições da Alemanha para que se torne uma nação desenvolvida e democrática dentro do capitalismo (MARX, 2010).

Destaca Marx que a verdadeira saída para a emancipação alemã está na união da classe oprimida com o saber verdadeiramente crítico. A classe desfavorecida e agrilhoadada aqui representa os sujeitos que não possuem os meios de produção (maquinaria, estabelecimento, insumos, etc.) e assim não dominam o produto social das forças do trabalho. Dessa forma

permanecem somente na condição de trabalhadores assalariados na época identificados como operários. Os operários assim travam uma luta contra a burguesia detentora dos meios de produção e da maior parte da riqueza produzida por eles, conforme explicitarão Marx e Engels nas suas reflexões seguintes. Esse fato representa a dinâmica contraditória de uma sociedade construída historicamente (MARX, 2010). Nessa linha podemos analisar que existe aqui um complexo de relações sociais onde tudo e todos se encontram imersos, e a religião dessa forma não representa uma exceção.

As relações sociais históricas são um fato existente na realidade. E assim como um modo de organização social, ou modo de produção é criado historicamente, todas as instituições existentes também o são. O que podemos dizer do fato de que quando estabelecida uma sociedade em questão (um modo de produção) a mesma se mantém por anos? Isso se traduz na ocorrência de que os interesses da classe dominante permanecem como ditames da ordem, e assim todas as instituições são então sequestradas por esses interesses (MARX, 2010). E é aí que ocorre a contradição entre as ideias de Feuerbach sobre religião como as características do homem transferidas ao divino, em relação à religião ser uma instituição criada historicamente pelo homem dentro de um contexto de uma ordem social em questão.

A crítica da religião como expressão espiritual do homem é, assim, para Marx, a crítica da necessidade religiosa, ou seja, a crítica das situações e circunstâncias sócio-materiais que engendram a necessidade, as representações e as instituições religiosas (MARX, 2010).

Marx considera nesse artigo que a crítica da religião é pressuposto de toda crítica, posto que essa crítica posiciona o homem como o ser soberano para si, apontando que todas as questões, dramas, misérias e potências que se expressam no mundo dos homens são responsabilidade dos próprios homens. Nos assuntos humanos, seja qual for a matéria, “a raiz para o homem é o próprio homem”. Essas elaborações levam Marx a um programa de investigações amplo, onde o autor defende a necessidade de se avançar da crítica do céu à crítica da terra, da crítica da religião à crítica do direito, da política e do estado. Esse programa conduz o autor a investigar as raízes dessas instituições humanas, cujas formas fundamentais encontram-se, de acordo com as teses defendidas em seguida pelo autor, na anatomia da sociedade civil, que remete e conduz à crítica da economia política (MARX, 2010).

## 2.4. A materialidade da sociabilidade humana e a necessidade da religião

Marx em 1844, inicia seus “Manuscritos Econômicos Filosóficos” ressaltando um resumo dos elementos da propriedade privada como parte da sociabilidade humana no determinado contexto histórico dos homens. Esses elementos conformam a maneira de como as relações sociais e de produção se comportam e existem. Dessa forma temos que o “ganho do capital”, a “renda da terra” e o salário se constituem como elementos já tematizados e parcialmente compreendidos pelos economistas burgueses, elementos esses que Marx passa a analisar criticamente. O produtor, como já indicado linhas acima, se constitui como elemento que se rebaixa a condições miseráveis de vida na produção de produtos que pertecem a outrém, produtos a serem trocados no mercado. O produtor ainda se encontra na condição de alienado de seu produto. Essa alienação se constitui pela separação de trabalhadores sem propriedade (sem terra, sem capital, sem produto) e proprietários (MARX, 2004, p. 79).

Marx ressalta que os estudos da economia política não dão conta de explicar os elementos da propriedade privada, não explicam o porquê da separação de capital e terra. Apreendem leis e dados ao analisar a propriedade privada dos produtos, e as concebem como fatos absolutos, imutáveis e sem fundamentação. A concorrência entre os proprietários dos produtos não é explicada. O sistema de troca é concebido como produto do acaso, um fato natural sem intenção de ser. A troca não possui relação com a propriedade privada aqui, bem como com os produtores e proprietários (MARX, 2004, p. 79).

A propriedade privada possui vinculação com a troca, a divisão do trabalho, com a renda da terra, a desvalorização do produtor, alienação do produto do produtor, com a concorrência, etc. Nesse sentido os economistas irão conceber elementos como a divisão do trabalho e a troca como produtos dados como fatos acabados na realidade, sem conexões ou origem. Assim como faz a religião quando pensa as problemáticas da sociedade (pobreza, morte, miséria) atribuindo esses fatos como pecados do homem, mas não como elementos vinculados à propriedade privada como condição de um modo de sociabilidade criado historicamente (MARX, 2004, p. 80).

A existência desse modo de sociabilidade faz uma apropriação do trabalhador de uma forma perversa. Temos que a riqueza não se origina do nada, quem a produz é o produtor. Nesse caso o produtor se estabelece como trabalhador que quando mais produz mais miserável se torna, e o trabalho na sociedade da propriedade privada se constitui como

produtor de mercadorias e reproduzidor do trabalhador como mercadoria consumível. Consumindo assim sua vida nas relações de mercado, desgastando o produtor de forma física e mental ao longo do tempo. Que no final pode ser descartado e substituído por outra mercadoria (MARX, 2004, p. 80).

Temos que no produto do trabalho se encontram a exteriorização e objetivação do desgaste de força física e mental do produtor. Dessa forma, nas relações da propriedade privada, o trabalho se desefetiva nessa objetivação e o trabalhador não se reconhece no produto, onde parte dele se materializou. Nas relações de propriedade privada esse não reconhecimento é decifrado por Marx como alienação. O que ocorre aqui é um estranhamento do trabalhador em relação ao seu produto, que se conforma em um estranhamento de si mesmo (MARX, 2004, p. 80).

O trabalhador em condição de produtor sem propriedade é condicionado a uma vida de desapropriação. Ele é desapropriado não somente dos produtos de seu trabalho, mas também dos produtos que são essenciais para a manutenção da vida. A apropriação dos produtos pelo trabalhador não ocorre de fato, o que ocorre é o estranhamento do produtor em relação a seus produtos. Isso porque quem se apropria dos produtos são as relações do capital, onde o produtor no fim do processo se relaciona com coisas e não com o produto de seu trabalho. A relação entre coisas ocorrem então nas trocas de mercado das mercadorias produzidas pelos produtores, onde o trabalhador é submetido com seu salário de miséria a se deparar com um salão de coisas que lhe são externas estranhas (MARX, 2004, p. 81).

O sistema de propriedade privada coloca a consequência da desapropriação do produto pelo trabalhador, diante disso estão todas as consequências que o produtor irá se deparar. Quanto mais o trabalhador se constitui nesse sistema, mais ele produz um mundo de alienação de riqueza sobre ele mesmo. Quanto mais o produtor trabalha, mais o mesmo não pertence a si próprio, mas ao proprietário que o tem como força de trabalho. Quanto mais trabalha mais produz um mundo onde não possui a si mesmo (MARX, 2004, p. 81).

Parte do produtor é refletida ao produto produzido com seu trabalho, essa exteriorização compõe o reflexo de parte do homem a um objeto existente no real. No entanto esse objeto se volta contra o produtor que não o possui e não se reconhece mais no objeto. O produtor não se encontra mais na existência e não se conecta com sua essência no objeto. O trabalhador vive para o objeto e desgasta sua energia no mesmo. Sua vida é sugada pelo objeto, no entanto suas forças essenciais não pertencem a ele (MARX, 2004, p. 81).

O trabalho, assim como todas as coisas, por sua vez não existe do nada. O trabalho é possível pela relação do homem com a natureza, é pela natureza que o ser humano cria os

produtos do trabalho. É através dessa existência material que é a natureza que existem igualmente a materialidade dos produtos. O ser humano não se efetiva sem a natureza, bem como sem os objetos que satisfazem suas necessidades. Nesse caso o trabalhador encontra na natureza tanto a possibilidade de produzir objetos para condições de vida, como também para reprodução da vida (teto, locomoção, conforto, comida, água, etc.) (MARX, 2004, p. 81).

Existe nas relações da propriedade privadas uma contradição entre trabalhador e produto. Isso se expressa em elementos como quanto mais se expande o universo dos produtos, mais desgaste de força física e mental o trabalhador realiza, se tornando então ao longo da vida deformado física e mentalmente. Quanto mais produtos são criados na produção e existentes na vida material, menos produtos tem o trabalhador com seu salário de miséria (MARX, 2004, p. 82).

Os economistas e os teóricos idealistas, por sua vez, recorrem ao erro de encobrir as contradições vividas pelo trabalhador. Isso porque desconsideram a relação que possui o produtor dentro do sistema de propriedade privada, dentro desse sistema de produção específico. Os proprietários possuem riqueza com esse sistema de propriedade privada, porém o produtor possui com isso a miséria. Os economistas mostram como a sociabilidade da propriedade produz beleza, produz riqueza, produz elegância e condições burguesas de vida. Mas não mostram como essas relações produzem miséria, deformação, inbecilidade e barbaridade ao trabalhador condicionado a esse modo de produção (MARX, 2004, p. 82).

Entender a relação do trabalhador com a produção é entender a realidade do trabalho em si, na forma concreta da sociedade (na sociedade burguesa, relações da propriedade privada). Que, no entanto não se expressa somente entre a relação produtor e objeto produzido. Isso quer dizer que o estranhamento não ocorre somente dentre o não reconhecimento do objeto pertencente o trabalhador. O estranhamento ocorre também antes mesmo da efetivação do produto propriamente dito. Nesse caso o estranhamento do trabalhador acontece também dentro das relações de produção desse produto em específico. O trabalhador já se percebe alienado dentro dos processos de produção de mercadorias. A forma de ser ativa na produção se constitui então igualmente como processo de alienação e estranhamento (MARX, 2004, p. 82).

Na sociedade da propriedade privada então temos que o trabalho, a atividade vital, não pertence ao trabalhador. O homem não se reconhece em seu trabalho, não se efetiva nele. Mas o que ocorre no trabalho é a verdadeira negação do humano, tanto na alienação da atividade do trabalho quanto na alienação e no estranhamento do produto. Negação que também ocorre quando o sujeito é submetido a uma vida de desvalorizações própria, de miséria física e

espiritual. O ser humano se sente pertencente a si mesmo quando não trabalhando está, no entanto trabalhar na sociabilidade da propriedade privada se torna uma obrigação. Trabalho não se constitui um ato por pura vontade, mas sim de imposição de um sistema de relações sociais específico que condiciona tal eventualidade. Realizar trabalho nessa sociedade se torna uma atividade não prazerosa, e nesse sentido sem a ocorrência de instituições fiscalizadoras e formadoras de valores os sujeitos possivelmente se negariam a realizar tal ação (MARX, 2004, p. 83) Como instituições responsáveis por tal fato temos o Estado e a religião por exemplo. Sendo o Estado (dentre muitas outras funções deste) na imposição de regras e leis para o trabalho obrigatório, e religião (dentre muitas outras funções desta) na função de apaziguadora de conflitos no trabalho (por gerar valores de solidariedade, de que trabalho dignifica o homem, etc.).

O homem então se desefetiva como propriedade privada de outro, na medida em que não se reconhece em seu trabalho. Isso porque seu produto é de outro e não dele mesmo. Nesse caso seu trabalho objetivado no produto não será de próprio proveito, mas de outro. Esse fato faz o homem se colocar em condição de que seu trabalho não o pertence, de que ele mesmo não se pertence. E aí se encontra um elemento importante que gera o sentido do ser humano como coisa, ou mercadoria nessa sociabilidade historicamente criada. Marx ainda diz que nesse mesmo sentido temos a religião, onde os sentimentos do coração e a fantasia do ser humano atuam sobre ele mesmo independente da atividade do indivíduo. São deuses atuando sobre suas vidas independentes da auto atividade humana sobre si mesmo (MARX, 2004, p. 83). Esse argumento reforça a possibilidade, função e facilidade de que tem a religião nessa sociabilidade de alienação da vida e modeladora de pensamentos e ações humanas em total acordo com os princípios da sociedade da propriedade privada dos meios de produção.

Segundo Marx o ser humano só se sente humano ativo na sociedade da propriedade privada dos meios de produção quando está realizando as atividades básicas de alimentação e reprodução, pois no trabalho, por exemplo, isso não acontece, antes, ele se mortifica (MARX, 2004, p. 83).

Visto isso temos que o trabalhador não se enxerga pertencente a si mesmo no ato da produção do produto. Da mesma forma que o produto é alienado do trabalhador ocorre também que o ato da atividade no trabalho é também foco de alienação. O homem não se vê na atividade realizadora do produto, pois percebe que essa atividade está sendo apropriada pelas relações de mercado. Atividade então não pertence ao ser, e o mesmo se percebe em uma vida que não corresponde a um ser ativo, mas passivo às relações da propriedade privada (MARX, 2004, p. 83).

Pensando a ideia de que o homem e a natureza estão ligados na atividade do trabalho, na geração de produtos, etc., temos que essa ligação se mostra ainda mais profunda quando analisamos que o homem, assim como o animal, se relaciona com os elementos da natureza para se manter vivo. Se relaciona com a natureza inorgânica e orgânica. O ser humano ainda possui a natureza em si. E nesse caso o homem se constitui uma parte fundamental da natureza (MARX, 2004, p. 84).

O homem e a natureza são ligados, porém na medida em que ocorre o trabalho estranhado temos conseqüentemente o estranhamento do homem com a natureza. Isso porque, o produto do trabalho advém da natureza transformada. Dessa mesma forma temos que a atividade do trabalho é fruto da relação homem e natureza. Na ocorrência do trabalho estranhado onde ao homem não pertence seu produto e nem sua atividade no ato do trabalho, o mesmo se vê desconectado da natureza e de si próprio como ser genérico (MARX, 2004, p. 84).

A vida de um ser se encontra em sua atividade, que no homem se perde na sociabilidade da propriedade dos meios de produção (sociedade burguesa). A atividade de trabalho nesse caso aparece somente como forma de manter a vida, meio de sobrevivência. Mas não aparece como vida mesma, como existência e pertencimento (MARX, 2004, p. 84).

O homem diferentemente do animal possui consciência de sua atividade. Ele faz de sua atividade uma atividade livre e libertadora. O animal é preso e é uno com a sua atividade e com a natureza, atividade essa que é geneticamente trilhada e codificada para programação de ações que se reproduzem infinitamente. O homem por sua vez faz de sua atividade um ato de consciência, onde esta atividade livre se torna um ato de transformação. No entanto o estranhamento do homem em seu trabalho o faz reduzir essa atividade a um meio de garantir a manutenção da vida. Ou seja, o potencial transformador e consciente do trabalho não é explorado. Esse potencial não encontra liberdade, mas estranhamento (MARX, 2004, p. 85).

A criação de uma nova natureza, a natureza da sociedade dos homens é a prova de que o mesmo é um ser ativo no mundo, um ser ativo social e genérico. Constrói habitações, instaura modos de produção ao longo da história, etc. O homem, diferentemente do animal produz para além de sua necessidade física, além disso, o ser humano se relaciona e se comporta de forma independente com o objeto criado, enquanto o animal se relaciona de forma dependente de seu objeto. O animal está preso à natureza e suas leis, o homem transforma a natureza e cria uma nova natureza, de outra qualidade e com outras regras (MARX, 2004, p. 85).

Visto isso, ao retirar do homem o produto de seu trabalho bem como a atividade do seu trabalho tem-se que se está tirando dele sua natureza efetiva. A vantagem que antes o homem tinha em relação ao animal agora se apresenta como desvantagem, na medida em que essa vantagem se volta contra o ser humano, e até aquilo que os animais repudiam por instinto (comida podre, habitação insalubre etc.) se impõe aos homens pela forma da sociedade (MARX, 2004, p. 85).

Dessa forma temos que o homem na sociedade burguesa se encontra estranhado da essência humana, das relações sociais. Ao se defrontar com ele mesmo no espelho não se enxerga em si, o próprio homem se vê estranho a si mesmo. A atividade vital do homem aparece como meio de existência e garantia da vida. Sua atividade está sequestrada por outro homem, aquele que possui a propriedade. Seu produto é também sequestrado pelo dito proprietário. E assim ao longo do processo temos todos os homens estranhados uns dos outros e conseqüentemente da essência humana, do conjunto das relações sociais. Homens se relacionando feito mercadorias e coisas sem sentido de vida, de existência (MARX, 2004, p. 86).

Temos então que o apropriador da atividade do homem, e do produto do mesmo é o próprio homem. A atividade do trabalho é desgaste e miséria, mas pra outro se constitui de alegria e felicidade. A atividade do trabalho para o trabalhador é prisão, mas liberdade e riqueza para outro, para o expropriador (MARX, 2004, p. 86).

O homem então se relaciona com outro homem assim como se relaciona com seu objeto na sociedade burguesa, mas essa relação é de submissão. A atividade do trabalhador se encontra como prisão, alienação. Seu produto está a serviço de outro. Dessa forma o trabalhador se relaciona com outro homem na forma de serviço, na forma de domínio e violência (MARX, 2004, p. 86).

Nesse aspecto temos que os homens engendram as relações deles com sua atividade vital, bem como engendram também suas relações com outros homens. Na medida em que se relacionam como produtores e proprietários, constituem relações materiais que foram engendradas na realidade na materialidade dos homens. São essas relações engendradas na realidade e não nas ideias como sustentava Hegel. E ainda relações que demonstram a materialidade da sociedade da propriedade privada dos meios de produção. Algo que Feuerbach não fez, ou seja, analisar a sociedade e seus processos práticos materiais (MARX, 2004, p. 87).

Uma prova de que o que Marx estuda em suas obras em relação à sociabilidade diz respeito à materialidade do homem, é o fato de que o estranhamento aqui analisado só pode

ocorrer com o homem como ser material em relação com outros homens. O estranhamento em nenhum momento diz respeito a produtos do intelecto, mas a relações sociais entre seres concretos na realidade social historicamente determinada (MARX, 2004, p. 87).

A relação de propriedade privada engendra as relações específicas dos homens para com os próprios homens. O trabalho estranhando como seu elemento coloca o homem como estranho a seu produto e ao seu semelhante. Além disso, a propriedade privada engendra também a forma com que esses homens estão para com a produção. Uns como proprietários e outros como propriedade. Engendra assim uma relação de desgaste do produtor, e sujeitos que produzem, mas não se apropriam. Engendra sujeitos que não produzem, mas que se apropriam do produto. Da mesma forma que o proprietário se apropria do produto, se apropria também da atividade do produtor. E dessa forma o homem não se reconhece como sujeito ativo em sua atividade produtiva, em seu trabalho (MARX, 2004, p. 87).

Dentro dessas relações já analisadas temos o sujeito que não produz, mas que se apropria. O trabalho estranhado como esse elemento de apropriação do produto por outro que não o trabalhador. São esses elementos da propriedade privada que desaguam no estranhamento do trabalhador em relação a sua atividade e seu produto. O trabalho estranhado então corresponde a um movimento da propriedade privada dos meios de produção (MARX, 2004, p. 87).

Temos que a propriedade privada corresponde a uma relação recíproca de causa e efeito entre o trabalho estranhado. São fatores esses correspondentes a elementos da realidade material de uma sociabilidade determinada. Propriedade privada, trabalho estranhado, produto e produtor, etc., são elementos da realidade e existem efetivamente, fora do mundo das ideais. Podemos também analisar igualmente a religião uma vez que corresponde a um produto dessas relações de produção. Na religião temos que os deuses representam também uma relação dialética com o homem concreto, no sentido de não entendimento do mundo real. Os deuses podem ser tanto a causa quando o efeito do não entendimento do homem dos processos da natureza e das relações materiais de produção, atribuído assim significado divino correspondente uma projeção ideal ao mundo real. Essa projeção é algo irreal, mas que se transforma em realidade na mente humana (MARX, 2004, p. 88). Tal análise vai em sentido diferente de Feuerbach, pois o mesmo ressalta que os deuses e religião são na verdade a transferência de atributos do homem ao divino. Essa forma de análise não estabelece fundamento na realidade, pois se encontra descolada dos processos reais do movimento da sociabilidade humana.

Um elemento adicional ao processo de propriedade privada e trabalho estranhado diz respeito ao salário. O salário para os economistas pode representar a efetivação da atividade do trabalho, mas como já discutimos nesse estudo esse processo é falacioso. Ainda que exista o salário, existe na mesma medida a desapropriação do produto e da atividade do trabalhador. O salário aparece aqui como um mediador dessa relação, e como mais um elemento da propriedade privada dos meios de produção (MARX, 2004, p. 88).

Uma elevação do salário do trabalhador segundo os economistas possibilita uma melhor condição de vida ao trabalhador. Tal análise se trata de mais uma falácia no sentido de que elevar um salário não faz com que as relações de trabalho estranhado terminem – antes as constituem e sustentam – só assim o trabalhador teria as condições de vida próprias de humanidade (MARX, 2004, p. 88).

Salário, trabalho estranhado e propriedade privada se encontram vinculados em um modo de produção específico. Em que engendra relações específicas dos homens para consigo mesmo e outros homens. Nesse sistema de relações temos como peça fundamental o trabalhador, sem o trabalhador não ocorre trabalho expropriado, alienado e estranhado, produtor da riqueza como capital. Dessa forma a emancipação do trabalhador dessas relações de produção pode vir a ser a emancipação das relações de propriedade privada, de exploração e miséria espiritual e material humana.

As relações de exploração humanas estão todas ligadas com a relação do trabalhador com o modo de produção. Nesse sentido todo o evento de opressão, miséria, exploração humana são frutos dessa questão central da sociabilidade que o próprio homem engendra para sua manutenção nesse mundo de tensões. O próprio homem engendra assim relações que o envolve em um complexo de problemáticas em prol da propriedade privada dos meios de produção (MARX, 2004, p. 88).

Assim como trabalho corresponde a algo vinculado ao próprio homem, a propriedade privada também representa essa análise. A existência do estranhamento do produtor em relação a seu produto aparece para os homens na sociabilidade em questão como a verdadeira sociedade humana, e em muitos casos como sendo o auge da civilização que a humanidade conseguiu chegar. Essa mesma civilização que coloca uma relação de exploração entre produtores e proprietários.

Como já ressaltado anteriormente estamos tratando aqui de elementos materiais de uma sociabilidade específica do homem. A materialidade está engendrada na realidade na forma de propriedade privada. Nessa realidade temos os elementos existentes no real que dão materialidade ao sistema de propriedade privada, esses elementos permanecem em uma

relação dialética. Nesse caso temos a relação do trabalhador com a atividade de seu trabalho e com o produto do trabalho. Essa relação está inclusa também a relação entre o proprietário e o produto do produtor, bem como o proprietário desse mesmo produto com o produtor ou trabalhador (MARX, 2004, p. 90).

No que diz respeito ao trabalhador vimos que o mesmo se apropria da natureza para realizar o produto do trabalho, mas que essa atividade o é estranha e distante. Isso porque a atividade do trabalhador aparece como atividade de outro homem, para outro homem. Nesse processo o trabalhador realiza perda de tempo, de energia e forças de vida na efetivação do objeto da atividade do trabalho, desgastando física e mentalmente. No entanto todo esse desgaste nada vale ao produtor, mas ao proprietário (MARX, 2004, p. 90).

São esses alguns dos elementos presentes nas relações materiais de produção, que correspondem a um sistema expresso na realidade concreta. Como já foi dito nesse estudo, a relação do trabalhador com a produção estabelece um complexo de outras complexas relações em que estão envolvidos os homens. A religião está inclusa nesse sistema de relações humanas, e permanece estabelecida na materialidade da propriedade privada dos meios de produção estando sujeita a todos os processos devidos desse modo de produção. Sendo parte da materialidade social, a religião existe como instituição criada historicamente em conjunto com a criação histórica da sociabilidade humana. Como uma das funções próprias dessa instituição está a tarefa de resgatar para um mundo de ideias o homem desapropriado de seu produto, miserável, e desgastado mental e fisicamente no processo da atividade do trabalho estranhado. Esse resgate tanto estabelece um ordenamento teórico nas relações horríveis de trabalho (pois como já dito, sem coerção nenhuma qualquer homem fugiria dessas relações), como resgata ilusoriamente o homem desses processos como uma modalidade de escapismo momentâneo (MARX, 2004, p. 90).

## CONCLUSÃO

Ao longo do processo de produção desse estudo foi discutida a problemática da crítica da religião em Feuerbach, ou seja, a forma com que esse estudioso aborda a religião, desconsiderando a realidade das relações sociais historicamente criadas pelo homem. Dessa forma foram também discutidas as relações humanas, a sociabilidade, mais especificamente a problemática da religião como parte componente da sociedade burguesa.

O fato é que Feuerbach possui uma linha de raciocínio e uma argumentação de caráter materialista ao criticar a religião, argumentação que sustenta teses impactantes na história da filosofia. Essa linha vai na ideia de identificar o ser em geral à objetividade, e de apresentar o homem como ser sensível na plataforma e no horizonte da materialidade através da existência de atributos, sentidos e sentimentos presentes nesse homem que existem independente das ideias e do pensamento. Esses atributos existem na realidade antes de existirem na mente humana, ocorrem independentes se o homem os pensa ou não. E dessa forma os predicados conformam o homem sensível. Como exemplo desses predicados o filósofo estabelece o amor, a razão e a vontade. Os predicados do homem compõem ainda sua essência no mundo material sensível, e parte dessa essência é transferida ao divino. Dessa forma temos que segundo Feuerbach a religião corresponde a uma parte da essência humana transferida a um Deus, a religião assim é de fato os atributos do homem passados à divindade. Essa divindade se torna superior ao homem justamente por possuir os melhores atributos humanos. Porém essa superioridade é ilusória segundo Feuerbach, pois Deus é na verdade o homem supervalorizado em sua essência (FEUERBACH, 2007).

Feuerbach então irá dizer que o que ocorre entre a religião e o ser humano corresponde a uma alienação dos predicados do homem a uma consciência que aparece como externa a ele. Essa ideia de consciência externa e supervalorizada faz do homem um mero servidor a seu Deus. O homem se enxerga como menor e desvalorizado. Todos os predicados ruins são atribuídos ao homem, e os melhores predicados em sua maioria se atribuem ao divino. O ser humano assim se priva de suas potencialidades para fazer existir um Deus supremo a ele. E assim Feuerbach ressalta que a alienação só será suprimida com a retomada dos predicados transferidos a religião ao homem. E dessa forma se explica a religião para Feuerbach, sendo parte da essência humana na transferência dos predicados do homem a um Deus (FEUERBACH, 2007).

Marx por sua vez irá ressaltar que a religião compõe um elemento do modo de produção da vida humana. Sendo o modo de produção o conjunto de elementos que compõe o sistema de relações sociais vigentes. A religião nesse caso é produto das relações sociais criadas pelo homem. Entender o sistema das relações sociais diz respeito ao entendimento da realidade do homem. Segundo Marx o ser humano engendra as relações sociais na realidade ao longo da história. Elementos como propriedade privada, trabalho assalariado, troca de mercadorias, capital, são elementos materiais existentes no real engendrados pelos homens na história (MARX, 2004). Essa materialidade de relações requisita a necessidade da religião. Uma religião específica situada na história representa assim produto das relações do modo de produção que faz parte no contexto histórico referenciado. As relações religiosas da atualidade, no entanto, são produto das relações da propriedade privada nos marcos da sociedade burguesa, do modo de produção capitalista.

A sociabilidade da propriedade privada requisitou elementos materiais para se sustentar como o trabalho alienado assalariado, a posse de terras, o capital, a relação de externalidade e hostilidade entre produto e produtor, etc (MARX, 2004). Da mesma forma tal sociabilidade requisita a materialidade e a idealidade de relações religiosas para se reproduzir. Uma vez que a religião pode ser uma forte aliada no apaziguamento de tensões do trabalho alienado. Além disso, a importância da religião se sustenta ainda na reprodução de valores importantes para a sociabilidade da propriedade privada como o dinheiro, a família tradicional, casamento, etc.

Visto isso é possível concluir que a religião é produto de relações sociais historicamente criadas pelo homem. Todas as relações existem por serem necessárias, se constituem como materialidade e como movimento, pois são relações entre sujeitos reais que organizam necessidades históricas reais. Assim, a ideia de religião como essência humana se mostra uma explicação que não dá conta de explicar verdadeira e radicalmente os fatos dessa problemática.

O homem se constitui como um ser ativo em sua essência, o mesmo cria as relações sociais que o cerca. O sistema de propriedade privada é produto do homem ativo ao longo da história como um conjunto de processos que requisitaram a necessidade dos elementos materiais da propriedade privada dos meios de produção (MARX, 2004). Da mesma forma as relações sociais requisitaram na história necessidade da religião, longe de ser a essência humana atribuída ao divino.

Estudos que discutem as relações religiosas são vistos hoje com bastante polêmica, e isso somente representa mais uma prova de que a existência da religião é de extrema importância para a manutenção do sistema de propriedade privada. No entanto pesquisas e discussões acerca da religião são de grande importância para que o homem possa refletir de forma ativa as questões que envolvem as relações humanas e se liberar de valores impostos como absolutos. A transformação possui como um de seus elementos a mente livre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Disponível em: [http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Biblioteca/54\\_ENGELS\\_Ludwig\\_Feuerbach.pdf](http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/54_ENGELS_Ludwig_Feuerbach.pdf). Acesso em 27/04/2018.

FEUERBACH, L. **A essência do cristianismo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

LLANOS, A. **Aportes Para La Critica de Hegel**. Buenos Aires: Pleyade, 1974.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1843. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **Sobre a questão judaica / apresentação [e posfácio]**- São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Marlon Garcia.; EVANGELISTA, Diogo Prado.; LARA, Ricardo. **A ruptura de Marx com a filosofia idealista**. In: FAGUNDES, Helenara Silva; SAMPAIO, Simone Sobral. (Org.). **Questão Social e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado "A insuficiência da crítica da religião em Ludwig Feuerbach", de autoria do aluno Aron Ávila Arantes, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



---

Marlon Garcia da Silva Orientador

Mariana, 03 de dezembro de 2018